

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação



1290002772



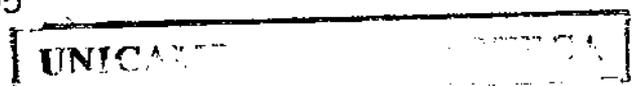
FE
TCC/UNICAMP T264r

Michelle Moraes Teodoro

Reconstrução histórica da educação pública infantil em Campinas (1940-1996)

- Campinas -

2005



512000002

© by Michelle Moraes Teodoro, 2005.

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	700 Campinas
	2013
V:	
TOMBO:	2942
PRO:	12312006
C:	
D:	X
PREÇO:	
DATA:	24/03/06
Nº CPD:	30012

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

T264r

Teodoro, Michelle Moraes.

Reconstrução histórica da educação pública infantil em Campinas (1940-1996) / Michelle Moraes Teodoro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadores : José Claudinei Lombardi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação pré - escolar. 2. Educação – História. 3. Educação infantil – Campinas. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-267-BFE

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Michelle Moraes Teodoro

Reconstrução histórica da educação pública infantil em Campinas (1940-1996)

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP,
para a obtenção do título de bacharel em Pedagogia, sob
orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

- Campinas -

2005

Aos meus pais pelo carinho e
dedicação de fazer de mim algo
digna de ser

Agradecimento

Ao meu orientador Prof. Dr. José Claudinei Lombardi que me permitiu traçar um caminho intelectual próprio, ao mesmo tempo, que me proporcionou um encontro com o mundo da história da infância.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal e Biblioteca Municipal na colaboração na obtenção dos dados solicitados.

À Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Campinas, pela colaboração dada a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Sérgio Castanho pelo tempo dedicado ao trabalho de revisão.

Aos meus amigos que direta ou indiretamente me ajudaram na elaboração do trabalho.

Aos meus pais pelo carinho e apoio nos momentos turbulentos da pesquisa.

Resumo

No início da década de 40, os programas políticos das autoridades campineiras, até aquele momento fixado principalmente na higiene e saneamento, passaram a associar-se a outros fatores de significação cultural. Acompanhando as mudanças que ocorriam no país, foi criado em 1940 o primeiro Parque Infantil de Campinas, que marcou os primeiros passos na história das instituições públicas de educação infantil. Através da sistematização e organização das fontes primárias e secundárias encontradas na pesquisa, buscou-se reconstruir a trajetória histórica da educação infantil, pública, gratuita e municipal de Campinas, entre 1940 a 1996, mostrando que tipo de instituição existia e, concomitantemente, buscando entender como foi se configurando a escolarização das crianças pequenas.

Dessa maneira, ao abordar as complexas relações que formaram a área da educação infantil e que movimentaram os diversos fatores econômicos, sociais e políticos, identificou-se que o Parque e o Recanto Infantil e os Centros Infantis eram as duas instituições infantis existentes no período. Além disso, a historicidade da educação infantil em Campinas possibilitou identificar que, ao longo do período, ocorreu a prática constante de criação e extinção de órgãos burocráticos, o que ocasionou muitas vezes uma superposição do atendimento escolar à criança pequena. Ainda ocorreu a expansão de instituições infantis públicas, ao mesmo tempo, em que se lutou pelo aumento de vagas e pela melhoria do atendimento.

Sumário

<u>Introdução</u>	3
<u>1. Um pouco de história</u>	6
<u>2. Início dos estabelecimentos públicos infantis: os Parques Infantis (PIs)</u>	12
<u>2.1. A estreita relação com os PIs da cidade de São Paulo</u>	15
<u>2.2. Reorganização do Ensino Municipal</u>	16
<u>2.3. Diferenças e semelhanças entre Parques e Recantos Infantis</u>	20
<u>2.4. A clientela</u>	22
<u>2.5. Atividades desenvolvidas</u>	22
<u>2.5.1. Educação física</u>	24
<u>2.5.2. Assistência médico-pedagógica</u>	27
<u>2.5.3. Assistência Odonto-pediátrica</u>	31
<u>2.5.4. Educação sanitária</u>	31
<u>2.5.5. Educação Infantil e Educação Recreativa</u>	32
<u>2.5.6. Atividades Artísticas</u>	33
<u>2.5.7. Educação Agrícola</u>	34
<u>2.6. Horário de funcionamento</u>	36
<u>2.7. Quadro de funcionários</u>	38
<u>3. Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação</u>	40
<u>4. O fim da década de 50: resultados</u>	43
<u>5. A implementação da nova instituição infantil</u>	46
<u>5.1. Creche ou Centro Infantil?</u>	49
<u>5.2. Objetivos</u>	50
<u>5.3. Estrutura e atividades desenvolvidas</u>	53

<u>5.3.1. Assistência médica</u>	55
<u>5.3.2. Assistência psico-pedagógica</u>	56
<u>5.4. Resultados da implementação</u>	57
<u>6. Parques e Recantos Infantis x Centro Infantil</u>	60
<u>7. Mudanças nas secretarias municipais: educação e assistência</u>	62
<u>Considerações finais</u>	67
<u>Bibliografia</u>	72
<u>Anexos</u>	76

Introdução

O trabalho parte do princípio de que a atenção à infância, bem como todos os outros aspectos que constituem nossa sociedade, é historicamente construída e com reflexos do próprio contexto no qual está inserida. Assim, ao estudar história é preciso levar em conta que quando nos debruçamos sobre uma pesquisa histórica devemos considerar que *"a história avança, não de modo frontal como um rio, mas por desvios que decorrem de inovações ou de criações internas, de acontecimentos ou acidentes externos"* (MORIN, 2001, p. 81). Portanto, a história não se dá de forma linear; ela é contraditória, um complexo de *"ordem, desordem e organização"* (op. cit., 2001, p. 83).

A educação infantil não é apenas uma peça de um cenário, subordinada ao contexto histórico, mas sim um elemento constitutivo da história da produção e reprodução da vida social. Dessa forma, a pesquisa buscou fazer uma análise original das fontes educacionais, procurando evidenciar as complexas relações que formam o campo da educação das crianças pequenas e que mobilizam os diversos fatores sociais, políticos e econômicos. Além disso, a realização da pesquisa procurou mostrar que através da multiplicidade e das incertezas da história podemos vislumbrar as realizações do passado, colocar em movimento as concretizações futuras e, certamente, encontrar respostas às questões feitas no presente. De tal modo que, *"não fazemos história para reconstruir o passado, fazemos história para reconstruir o presente"*¹, isto é, na construção de novas versões sobre o passado encontramos a possível compreensão dos conflitos do presente.

¹ Fala proferida pelo Prof. Dr. José Maria de Paiva, da Unimep, durante a Conferência "Religiosidade e Cultura: Brasil, século XVI", na Sessão de *Colóquios de Filosofia e História da Educação*, promovida pelos Grupos de Estudos e Pesquisas HISTEDBR e PAIDÉIA, da Faculdade de Educação - UNICAMP, realizada no dia 24 de novembro de 2003.

No presente trabalho, o ponto de partida é um breve histórico da cidade campineira. A partir do histórico geral, passamos a direcionar olhar o para a investigação dos tipos de instituições infantis públicas municipais que surgiram no início de 1940 à 1996, buscando entendê-los como consequência das mudanças que ocorriam na sociedade. Contando com o auxílio de fontes primárias e secundárias, referenciadas ao longo do trabalho, chegamos ao processo de implementação do primeiro Parque Infantil de Campinas, no final de 1940, e que marcou os primeiros passos da história das instituições públicas de educação infantil. Os Parques Infantis, os Recantos Infantis e os Centros Infantis constituíram as duas instituições infantis públicas no período estudado. Apropriando-se do modelo educacional dos Parques Infantis da capital do Estado, estes estabelecimentos paulatinamente se estruturaram. Ao longo dos anos, estas instituições foram denominadas de diversas formas, mas foi a partir desses estabelecimentos que a educação infantil do município estruturou-se.

Originalmente o objetivo deste trabalho era de reconstruir historicamente o tipo de instituição infantil pública que existia no período, conjuntamente com o contexto histórico, pretendendo ainda empreender a relação da estrutura social das crianças que freqüentavam as instituições infantis. Mas com a insuficiência de informações encontradas, tornou-se necessária a reelaboração da proposta da pesquisa, que passou a constituir-se em um estudo, embora preliminar sobre início da estruturação da educação infantil pública campineira, aproximando-se da formação e do desenvolvimento dessas instituições no referido período histórico.

O texto que segue fundamenta-se em fontes primárias e secundárias coletadas através da análise de relatórios, leis, decretos, manuais, jornais, livros, teses, entre outros. A exígua bibliografia sobre a Educação Infantil no Brasil (que vem crescendo aos poucos), o fato de ser um tema de pesquisa que poucos exploraram, os empecilhos burocráticos para o acesso dos documentos, juntamente com a perda ou descartes desses, nos levaram a enfrentar algumas

dificuldades na obtenção de informações e, por isso, as fontes possíveis de serem encontradas são à base da elaboração do trabalho.

A pesquisa se divide em sete partes: a 1.^a apresenta brevemente a história de Campinas, mostrando os diversos fatores que mobilizaram o governo municipal a criar os Parques e Recantos Infantis. A 2.^a parte explicita o início da estruturação destes estabelecimentos infantis, inspirado no paradigma defendido pelos Parques Infantis da capital, a reorganização do Ensino Municipal e as diferenças entre Parques e Recantos Infantis. Além disso, a 2.^a parte expõe sobre a clientela que, em geral, freqüentava esses estabelecimentos e apresenta a estrutura de seu funcionamento. Em seguida, apresenta-se o Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação e que representou o marco de um novo olhar das autoridades municipais sobre a educação infantil. Na 4.^a parte, analisa-se a consequência das mudanças ocorridas no âmbito das instituições infantis, ao longo das décadas de 40 a 60, mostrando os resultados alcançados no início de 1960. Em seguida é explicitado a implementação dos Centros Infantis, seus objetivos e atividades desenvolvidas. Logo após, da, apresenta-se a relação dos Parques e Recantos Infantis com os Centros Infantis. Na última parte, apresenta-se as mudanças nas secretarias municipais, impulsionadas em parte, pela Constituição de 1988 e pelas reivindicações pela melhoria do atendimento oferecido nos estabelecimentos infantis.

1. Um pouco de história

O cultivo de café no oeste paulista contribuiu para o desenvolvimento de vários núcleos urbanos que se tornaram centros de atração regional. Esses centros alcançaram um grande impulso econômico, político e social, conservando seu caráter dinâmico, mesmo após a alteração de sua atividade econômica inicial. Os imigrantes foram um dos elementos geradores desse desenvolvimento, pois, primeiramente atraídos pela lavoura cafeeira, depois acabavam se voltando para as atividades urbanas e mais tarde para as atividades industriais, assim, estimulando os setores econômicos, políticos e sociais. A diversificação de funções propiciada pela economia cafeeira, fortaleceu o desenvolvimento urbano e acelerou o processo de modernização. Os centros regionais se expandiram rapidamente, seguidos por um desenvolvimento cultural acentuado. Campinas foi uma das cidades que primeiro adquiriu o papel de centro progressista (LIMA, 1986). A partir de 1870, o município começou a se industrializar graças ao capital proveniente da economia cafeeira. No entanto, apesar do início do estabelecimento de indústrias manufatureiras, o cultivo do café até 1930 continuou inabalável.

A crise de 1929, expressada pela quebra da bolsa de Nova York, produziu grande abalo financeiro na economia brasileira, especialmente nos setores ligados ao cultivo do café. Dessa forma, o início da década de 30, se deu em Campinas em plena crise urbana, pois a economia cafeeira enfrentava sua derradeira crise, abrindo espaço para profundas transformações na estrutura social e econômica. A partir de 1930, a industrialização se afirmou como um processo em evolução. A cidade se expandiu para a periferia; a população cresceu²; surgiram novos bairros

² A população de Campinas, em 1937, era estimada em 73.890 pessoas, em 1946 era de aproximadamente 102.802. Os dados obtidos consideraram apenas o índice de crescimento natural, não incluindo o aumento de crescimento populacional provocado pelos movimentos migratórios. Em 1946, o censo Federal colocou a cidade de Campinas, sede do município, em 13.º lugar do Brasil, como centro populoso. (GUIMARÃES, 1947)

residenciais. Todas essas transformações geraram a necessidade de mudanças na infra-estrutura do município, antes que a crise urbana se instalasse plenamente. Entretanto, ainda havia outros condicionantes sociais que aceleravam a necessidade de alteração na infra-estrutura da cidade, tais como: o mercado de trabalho impunha ao trabalhador condições miseráveis de vida; o fortalecimento desse operariado, tanto por sua ampliação numérica quanto pela organização política e a instalação de novas indústrias exigia do governo municipal medidas eficazes que solucionassem a preeminente tensão social.

Essa crise se caracterizava em várias facetas, tornando-se contínua, até mostrar sua fase mais crítica, exigindo uma solução ou diluição com políticas de abrangência mais ampla, demandando uma ampliação e renovação das infra-estruturas existentes. Desse modo, em 1934 o engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia foi contratado para elaborar um Plano de Melhoramentos Urbanos, que solucionasse o caos em Campinas. O Plano foi aprovado, para execução gradativa, no final de 1938.³

Badaró destaca três fatores preponderantes que justificavam a necessidade de um Plano Urbanístico:

Em primeiro lugar (...) as repercussões econômicas e físico territoriais, decorrentes do desenvolvimento industrial, quais sejam: a intensificação do processo de urbanização, a valorização dos terrenos existentes e a grande expansão da área urbana edificável (...).

Em segundo lugar (...) os fatores decorrentes da febre amarela (...) elevou o nível de consciência urbanística da população e o senso de responsabilidade das autoridades municipais. Aprimorou-se o desvelo pela cidade e pela saúde da população.

³ Ato n.º 118, de 23 de abril de 1938, aprova o Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade de Campinas e dá outras providências.

O binômio higiene e saneamento, que freqüentava os programas políticos das autoridades municipais, afluiu naturalmente para a proposição de um plano de urbanismo, quando o crescimento populacional e territorial tornaram-se mais intensos.

Finalmente, iriam associar-se a estes dois primeiros fatores, outros de significação cultural, que caracterizavam o campineiro da época. Eram: o orgulho pela cidade - o bairrismo - e o nível intelectual da sua elite dominante (...)

O sentimento bairrista (...) traduziu-se no empenho das autoridades municipais em fazer de Campinas a cidade mais limpa e salubre do país. (BADARÓ, 1986, p. 37-8).

Prestes Maia, afirmava que o destino da cidade estava vinculado, em grande parte, ao seu papel econômico e a sua importância regional. Assim, trabalhando com os valores universais da industrialização, o engenheiro-arquiteto propõe metas que deveriam ser seguidas pelos profissionais especializados: a higiene e a saúde; o cultivo do corpo e do espírito; a eficiência e o rendimento - sobretudo do sistema viário. A antiga cidade agrária começava a ser pensada sob o aspecto funcional, dividida em quatro funções básicas: habitação, recreação, trabalho e circulação. Dessa maneira, buscando uma ruptura do passado, Prestes Maia possuía a intenção de implementar uma nova ordenação espacial adequada às exigências da cidade industrial, rumo a modernidade. Inserida neste aspecto, a função da recreação foi relacionada "*à criação de jardins, play-grounds e centros comunitários (escolas) junto às habitações; e a utilização de sítios mais pitorescos, próximos à cidade, para amplas instalações de recreio* (1996, p. 148)."

Contudo, não haviam dados estatísticos que permitissem a elaboração de um Plano Escolar, mas o Plano Urbanístico ao propor critérios para um zoneamento permanente e lógico na formação das áreas residenciais, estabeleceu que:

As unidades residenciais teriam como centro a escola que deveria ficar equidistante das áreas residenciais por elas atendidas, permitindo o fácil acesso das crianças, que em

muitas vezes se encaminhariam para ela passando apenas por jardins, sem atravessar ruas de muito trânsito. Estas escolas, inseridas num plano escolar municipal e dimensionadas para atender às unidades residenciais, possuiriam instalações completas, inclusive locais para conferências, concertos, bibliotecas e práticas desportivas, de maneira tal que nos fins de semana e horários disponíveis estas instalações fossem abertas à comunidade, funcionando como centros comunitários. (BADARÓ, 1996, p. 77)

Além disso, o Plano recomendava que nestas unidades residenciais deveriam prever:

(...) a implantação de escolas completas, verdadeiros centros comunitários, para cada grupo de 6000 ou 1.000 crianças.(...) As escolas todavia não deviam se restringir à área urbana e as verbas orçamentárias, obrigatoriamente destinadas à educação, deveriam contemplar também as escolas rurais. (...) Para complementar, o plano (...) recomendava ainda a implantação de um serviço de Assistência Social que teria a incumbência de prestar atendimento à população carente, principalmente na zona rural, contemplando, em especial, as questões de saúde e higiene. Este serviço contaria também com uma agência municipal de empregos. (BADARÓ, 1996, p. 89)

Campinas estava sintonizada com as mudanças que ocorriam no âmbito nacional, uma vez que, a partir da década de 30, se identificou no Brasil o início da transformação de uma sociedade predominantemente agrária, para uma sociedade cada vez mais industrializada e urbanizada. O fluxo cada vez maior de gente do campo para as cidades, em busca de empregos e oportunidades, o aumento de custo de vida, a entrada cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a ambivalência da nova estrutura familiar, a "familiarização" da indústria, a necessidade de controle do tempo de não-trabalho, se apresentam como problemas que exigiam a atenção do Estado, pois estes elementos reunidos proporcionaram um aumento significativo de crianças

abandonadas nas ruas. Adquiriu-se também uma nova função para a infância: seja relacionada à criança trabalhadora ou a criança que fica sem a mãe.⁴

Então, uma grande novidade foi trazida com a crescente industrialização: além de guardar e garantir a vida das crianças era necessário também educá-las para o futuro. Era preciso uma outra maneira de ensinar aos pequenos, visto que se tratava de um novo jeito de viver, onde o tempo do trabalho definia uma nova concepção de realidade. Assim, com a finalidade de equacionar os problemas sociais gerados com essas transformações, diversas mudanças passaram no panorama das escolas infantis.

Foi nesse contexto que surgiu em São Paulo os primeiros Parques Infantis, baseados em uma educação que continha recreação, saúde e disciplina social. O Parque Infantil, na década de 1940, expandiu-se para outras localidades do país como o interior do Estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Recife e o Rio Grande do Sul. Foi, nesse período, que em Campinas surgiu seu primeiro Parque Infantil.

Na década de 40, Campinas já ocupava o segundo lugar da produção manufatureira do Estado de São Paulo. Isso ocorria conjuntamente com a produção agrícola algodoeira, a grande substituta do café. As mudanças econômicas aconteciam sob o respaldo da expansão do capital industrial, estrangeiro e nacional, que trouxe para o município importantes indústrias. O crescimento da cidade acontecia agora com uma base industrial, acompanhada do aumento significativo das camadas médias e operárias.

⁴ É interessante ressaltar, como Faria o faz, que a história da educação infantil na sociedade capitalista está estreitamente ligada à história da mulher, pois a história das crianças pequenas faz "(...) parte da história da mulher, que necessita ser educada para manter seu filho vivo que, por sua vez, precisa ser guardado e preparado para o futuro. Portanto, a história da creche e da pré-escola é a história da mulher operária que altera a sua função de mãe exercida até então, e que, portanto, deve ser educada para a nova função e dividir seu relacionamento com o filho com aqueles que a educação para a nova sociedade" (1999, p. 67)

Como já vimos, os programas políticos das autoridades municipais, até aquele momento fixados principalmente no binômio higiene e saneamento, passaram a também associar outros fatores de significação cultural. Nesse momento, o discurso em que o futuro da nação dependia da educação dos seus filhos estava fortemente presente nos programas governamentais, por isso, para o governo municipal era extremamente necessário realizar em Campinas a ampliação dos serviços de assistência e amparo a criança, oferecendo-lhe atendimentos sob variadas formas, afim de que mais tarde as crianças se tornassem o orgulho da nação. Dessa forma, inserida nas intensas movimentações progressistas, surgiu na cidade campineira, no começo de 1940, o primeiro Parque Infantil, marcando seus primeiros passos na história das instituições públicas de educação infantil.

2. Início dos estabelecimentos públicos infantis: os Parques Infantis (PIs)

Uma das primeiras experiências de educação infantil em Campinas foi creche Bento Quirino, criada em 1914 por iniciativa religiosa, promovida pela Igreja Católica. A criação da creche Bento Quirino foi resultado do início do processo de desenvolvimento urbano e industrial que a cidade passou no fim do século XIX. Com o aumento do custo de vida, houve a necessidade da mulher e dos filhos mais velhos entrarem no mercado de trabalho, com o fim de complementar a renda familiar, de tal modo que, aumentou o número de crianças de famílias trabalhadoras que ficaram abandonados. Diante deste quadro, o bispo D. Nery, em 1914, efetivou seu desejo de organizar uma creche e um asilo, anexado a Igreja de Santo Antônio. Contando com os recursos provenientes dos bens testamentários de Bento Quirino Santos, esta instituição atendia crianças pobres de forma assistencialista, caritativa e filantrópica (TONOLLI, 1996).

Apesar das conseqüências geradas pelo crescente desenvolvimento urbano e industrial, o governo municipal não voltou sua atenção para a criança, pois a infância ainda não caracterizava-se como um problema público. Assim, até 1940 Campinas contou apenas com estabelecimentos infantis criados por iniciativas privadas ou religiosas.

No entanto, na década de 40, acompanhando as transformações que ocorriam em na estrutura produtiva, urbana e populacional da cidade e região, surgiu o primeiro Parque Infantil Municipal de Campinas. Em 02 de dezembro de 1940, como resposta a iminente crise urbana, foi criado o PI Infantil do Cambuí, na Praça Fluminense, local de residências de alto padrão. Ele estava sob a orientação do Departamento de Educação Física, coordenado pelo Snr. Antonio da

Silva e, amparado pela Senhorinha Jacinta Andrade Rocha. Em 1950, com a Lei Municipal n.º 383 o Parque Infantil passou a se chamar "Violeta Dória Lins".⁵

Os dados encontrados nos Relatórios de trabalho realizados pela Prefeitura de Campinas, na parte da Diretoria de Obras e Viação, nos apontam que este Parque possuía um amplo pavilhão com diversas dependências:

(...) um salão central, ladeado por salas para biblioteca, médico, dentista, professores, copa e cozinha, instalações sanitárias e chuveiros, para os dois sexos (...) piscina, com dimensões regulamentares, palco ao ar livre, campos para ginástica, bola ao cesto, vedação do terreno, terraplanagem geral, arborização e mais serviços complementares (...). (CAMPINAS, 1943).

O Relatório da Prefeitura de 1940 nos relata o rápido êxito que o PI alcançou:

Os trabalhos do Parque Infantil, sob a proficiente orientação da professora senhorinha Dulce Sampaio Coelho, coadjuvada, eficazmente, pela professora senhorinha Célia Oliveira, dedicada instrutora de educação física, entraram em ritmo normal, no ano findo, justificando o auxílio que a Prefeitura tem dispensado a tão útil organização.

Os bons resultados observados com o funcionamento do Parque Infantil animaram a Prefeitura a reservar, definitivamente, a praça Imprensa Fluminense para o referido Parque, autorizando a construção de um pavilhão, que se fazia necessário, no canto das ruas Conceição e Antonio Cezarino (...). (CAMPINAS, 1942)

⁵ Lei n.º 383, de 06/09/1950. Dá o nome de "Violeta Dória Lins" ao Parque Infantil do Cambuí.



Figura 1. PI Celisa Cardoso do Amaral - 1946

Contudo, mesmo com a criação do PI da Praça Fluminense, ainda não se conseguia atender toda a demanda social; a industrialização crescente em Campinas atraía um grande contingente populacional e a cidade se expandia. Como resultado direto desse desenvolvimento industrial, em 1942, foi criado o segundo PI, que recebeu o nome de Celisa Cardoso do Amaral, localizado na Vila Industrial. A finalidade deste PI era *"sanar uma lacuna sensível, em organizações dessa natureza, no populoso núcleo operário da Vila Industrial"* (CAMPINAS, 1942). Contando com uma área de 9000 m², o pavilhão elaborado pelo engenheiro Lix da Cunha, ficava de frente para a praça João Jorge, Avenida Amoreiras e no prolongamento da rua São Carlos. Suas instalações eram idênticas ao PI da Praça Fluminense.

A estrutura física desses dois PIs se fundamentava claramente na proposta do Plano de Melhoramentos Urbanos, de Prestes Maia, pois eles foram construídos em áreas amplas e arborizadas, ressaltando a importância das atividades físicas e desportivas.

2.1. A estreita relação com os PIs da cidade de São Paulo

Em 1935 foi criado em São Paulo o Departamento da Cultura (DC). Essa instituição, idealizada pela aliança entre os modernistas e a burguesia ilustrada⁶, se propunha a arrancar a cultura das classes dominantes e transformá-la em fator de humanização da maioria. Seu principal objetivo era de *"estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural"* (FARIA, 1999, p. 108).

Sob a direção de Mário de Andrade, o Parque Infantil foi a primeira experiência do DC colocada em prática. Norteando-se em um trabalho educativo-cultural que não antagonizava a assistência e a educação, como Miranda argumenta, os PIs de São Paulo eram *"(...) definidos como logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizada, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária"* (1941, p. 20). Assim, fundamentando-se no princípio de que a educação da criança devia acontecer através da recreação, o Departamento da Cultura pretendia através dos PIs:

(...) interessar as crianças e o povo pela tradição popular, além de pô-los em contato com outras manifestações artísticas, aquelas das elites (ditas "cultas"), às quais geralmente eles não têm acesso (e, quando têm, muitas vezes é apenas como forma de domesticação), objetivando, portanto, uma troca beneficiando todos (...) respeitando a cultura das crianças de famílias estrangeiras (...) (FARIA, 1999, p. 151)

⁶ Promovida por Paulo Duarte, chefe de gabinete do prefeito, a aliança entre os modernistas e a burguesia ilustrada buscava através de um órgão público, concretizar *"a proposta de desenvolvimento de uma cultura nacional, objetivo explícito dos modernistas, e diversamente entendido pelos ilustrados"*, procurando primeiramente a projeção nacional e a recuperação da liderança política, através da experiência paulista na área cultural." (1999, p. 116)

Portanto, Mário de Andrade acreditava que, ao lado do folclore, dos jogos e das brincadeiras - principais atividades desenvolvidas nos PIs de São Paulo - as crianças iriam se interessar e, sobretudo, participar do projeto de construção da cultura nacional.

Apesar dos PIs do DC apresentarem determinadas especificidades, os PIs campineiros possuíam inúmeros elementos em comum com os estabelecimentos infantis da capital do Estado, indo muito além das estruturas físicas. No início de seu funcionamento, os PIs de Campinas foram diretamente orientados pelas instâncias administrativas e pedagógicas dos PIs de São Paulo. De acordo, com o depoimento de uma ex-diretora do Parque Violeta Dória Lins:

Quando abriu os Parques Infantis não tinha o Departamento de Educação em Campinas. Quem orientou a formação dos Parques foi São Paulo, através da prefeitura de São Paulo, onde o Dr. João de Deus era diretor e Nini Duarte, irmã do Paulo Duarte, escritor famoso, era inspetora e orientava os Parques. Nós tínhamos no começo orientação de São Paulo, programas de ensino, coisas que deveriam ser feitas no Parque. (RAMOS, 2001, p. 16)

Seguindo as orientações dos PIs de São Paulo, educar, assistir e recrear passou a ser também a principal finalidade dos PIs campineiros. Dessa maneira, os Parques Infantis da capital, se constituíram em uma experiência educacional inovadora, sendo vista como um paradigma para experiências semelhantes em outras localidades do interior do Estado de São Paulo.

2.2. Reorganização do Ensino Municipal

As iniciativas no campo da educação infantil, em Campinas, permaneceram estagnadas até 1946, devido a situação política do país. As condições políticas geradas pela Revolução de Trinta,

a ditadura Vargas e o advento da 2.^a Guerra Mundial, influenciaram negativamente na cidade, pois a concentração tributária promovida pelo governo federal reduziu, em boa parte, a capacidade de atuação dos municípios. A partir de 1945, com o fim da guerra e a redemocratização, *"configurou-se a definitiva emergência do setor industrial como o mais dinâmico da economia brasileira"* (CARPINTEIRO, 1999, p. 44)

Em 1946, a educação campineira ganhou novos rumos. Até a década de 50, Campinas contou apenas com dois PIs, que funcionavam como simples logradouros públicos destinados à recreação de crianças, portanto, ainda constituindo-se uma experiência empírica. Isto se comprova pelo fato de até 1946, os PIs estarem subordinados à Diretoria de Assistência e Alimentação, que contava com Seção de Assistência Pública, Seção de Alimentação e Seção de Cemitério.

A entrada do Dr. Ruyrillo de Magalhães, bacharel em Ciências, Letras e Direito, em 4 de junho de 1946, como Diretor da Diretoria de Assistência e Alimentação, foi um dos fatores que impulsionaram as mudanças que ocorreriam no ensino campineiro. Ele foi convidado pelo prefeito Dr. Joaquim de Castro Tibiriçá, apesar de serem adversários políticos, a "revolucionar" as questões relacionadas à educação, cultura e saúde pública em Campinas. Em uma entrevista Dr. Ruyrillo de Magalhães nos conta que: *"dinheiro não tinha, nem mesmo um centavo, sendo lhe dado apenas uma carta branca para fazer tudo que fosse necessário. O que tínhamos era uma enorme vontade de trabalhar e uma enorme paixão pelos assuntos relacionados à educação e à cultura de Campinas."* (RAMOS, 2001, p. 19) Desse modo, no mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 346⁷ designou que a Diretoria de Assistência e Alimentação passasse a se denominar Diretoria de Educação e Assistência, acrescentando-lhe a Seção de Ensino e Difusão Cultural.

⁷ Decreto n.º 346 de 26/10/46.

Em 1947, a Seção de Ensino e Difusão Cultural passou a ser designada Diretoria de Ensino e Difusão Cultural (DEDC)⁸ formada por: Seção de Difusão Cultural, Seção de Expediente e Serviço Dentário Escolar. A Seção de Difusão Cultural coordenava o Serviço de Difusão Artístico Cultural e o Serviço de Ensino e Assistência Sócio-Educacional, sendo este último encarregado de superintender o Serviço de Ensino Municipal e o Serviço dos Parques Infantis.

Nesta reformulação do ensino, se infundiu orientações pedagógicas e administrativas que buscavam inter-relacionar o social e didático, os alunos das escolas municipais e os estabelecimentos infantis, através do ensino e da assistência sócio-educacional. Dessa forma, a educação escolar estava de tal maneira ordenada que:

Sob o ponto de vista dos interesses individuais passou a consistir "meio de descobrir e desenvolver harmoniosamente, até maior grau possível, as capacidades físicas, morais, estéticas e intelectuais da criança e do adolescente, afim de aumentar suas possibilidades, de alcançar felicidade e êxito, não só na infância e na juventude, mas, também na idade adulta" e sob o ponto de vista social "pode-se ajusta-lo ao de um processo de cultivo do sentido social, do espírito de cooperação, laboriosidade, lealdade, honestidade, como também das habilidades e conhecimentos úteis: em uma palavra, de tudo quanto concorra para aumentar os valores da cultura e da civilização". (CULTURA, 1949)

O ensino e a assistência sócio-educacional promoveriam uma nova cultura que iria valorizar e promover a saúde plena da criança, bem como a sua formação integral. Além disso, o ensino e a

⁸ Decreto n.º 214 de 07/08/1947. vol. 10, p. 115.

assistência deveriam preparar o futuro cidadão para a pátria, por meio de sua constituição física, moral e psíquica. Dr. Ruyrillo nos explica o conceito de sócio-educacional:

O que eu chamo de sócio-educacional? Sócio por que? Porque as crianças iam receber noções de sociabilidade, e nessa sociabilidade começava em primeiro lugar a higiene lave a mão, escove o dente, penteie o cabelo, anda com o uniforme limpo, sapato limpo - é social, não é? Preparando para a vida. Depois, essa criança tinha aula de educação moral e cívica o que é certo, o que é errado, amar a pátria, a família, então também é a parte social. E educacional por que? Senta-se à mesa, não coma com a boca aberta, mantenha ereto o tórax, gestos medidos... tudo isso era ensinado, a criança comia em ordem sociabilidade...estava educando.(...) Educação não é só b-a-bá! Educação é viver, saber andar, saber vestir, saber tomar banho, saber cuidar de suas funções fisiológicas, isso é educação! Educação é um todo, é o mundo! É a instrução, o ensino e a cultura. (...) Educar não é só ensinar a ler e escrever! Isso é básico. Isso é ensino básico, e eu estou falando de assistência sócio-educacional, ou seja, educação de base integral (NEBIS). (RAMOS, 2001, p. 21)

Em 1951, a Diretoria de Ensino e Difusão Cultural (DEDC) passou a ser designada por Departamento de Ensino e Difusão Cultural (DEDC), sendo aprovado o Regulamento dos Parques e Recantos Infantis⁹, que definia as atribuições do corpo docente e administrativo dos estabelecimentos superintendidos pelo DEDC.

No início da década de 50, o município além dos dois Parques, contava com dois Recantos infantis, o RI n.º 1, no Chapadão e o RI n.º 2, localizado no Guanabara.

⁹ Decreto n.º 360 de 29/12/1951. Dá regulamento às Escolas, Cursos Noturnos, Parques, Recanto Infantil e demais estabelecimentos de ensino e educação, superintendidos pela Diretoria de Ensino e Difusão Cultural.

2.3. Diferenças e semelhanças entre Parques e Recantos Infantis

A cidade de São Paulo, desde o início da década de 30, já contava com Parques Infantis. Em 1946, surgiu seu primeiro Recanto Infantil, possuindo um espaço físico menor que o do Parque. Possuía o objetivo de oferecer uma infância feliz e saudável as crianças moradoras de apartamentos que não dispunham de áreas livres para recrear.

Os Parques e Recantos Infantis possuíam os mesmos objetivos metodológicos, entretanto, pelo menos na cidade de São Paulo, se destinavam a crianças de classes sociais e níveis econômicos diferentes. Os Parques Infantis educavam, assistiam e recreavam as crianças carentes, enquanto, os Recantos Infantis proporcionavam condição de vida alegre e divertida para as crianças que moravam em cortiços e apartamentos, que não ofereciam um espaço para a recreação. O Recanto Infantil se localizava em uma área arborizada menor, provida de uma sede que atendia crianças de ambos os sexos, com a idade de quatro a dez anos. Já os Parques Infantis, se localizam em áreas maiores, atendendo também crianças de ambos os sexos, mas com idade de três a treze anos.

(...) Campinas, que até há pouco contava com apenas um parque infantil, o da Praça Imprensa Fluminense, já conta hoje com mais um, o da Vila Industrial. Dada a necessidade, e em face do rápido crescimento da cidade, a Prefeitura fez construir 4 recantos infantis¹⁰, em vários pontos da cidade. Esses recantos não são mais que parques, porém, em escala um pouco menor. (GUIMARÃES, 1953)

¹⁰ O primeiro Recanto Infantil de Campinas foi inaugurado no início da década de 50.

Ao contrário de São Paulo, os Parques e Recantos Infantis campineiros destinavam-se a crianças da mesma classe social e nível econômico, oferecendo-lhes as mesmas atividades. Guimarães, reafirma isto quando nos diz que: *"apenas seu quadro funcional se diferenciava um pouco."* (GUIMARÃES, 1953). Os Parques Infantis possuíam uma diretora, uma professora de Educação Física, Educação Recreativa e uma professora Encarregada do Clube Agrícola, Assistente de Disciplina (zelador) e Servente. Os Recantos Infantis contavam apenas com uma professora, encarregada das funções citadas acima, além do Assistente de Disciplina (zelador) e Servente.

Além disso, conforme o regulamento¹¹ (art. 1, §2.º), os Parques Infantis atenderiam alunos de quatro a doze anos e os Recantos Infantis os de quatro a dez anos, *"podendo os menores de quatro anos freqüentarem referidos estabelecimentos desde que devidamente acompanhados por adultos seus responsáveis."* (CAMPINAS, 1951, p. 168)

Retirando essas pequenas distinções, tanto os Parques quanto os Recantos infantis tinham como objetivo oferecer, através de práticas recreativas e educativo-assistenciais o pleno desenvolvimento das capacidades neuro-psico-motores das crianças. Estes estabelecimentos ainda deveriam proporcionar um ambiente apropriado às crianças, onde elas pudessem realizar atividades saudáveis e educativas ao meio de ar-puro e espaço livre, afastando-as do ambiente prejudicial dos cortiços, dos perigos da rua, dos focos de maus hábitos e criminalidade. Para isso, seriam ministrados, juntamente com as práticas recreativas, vários tipos de assistência, como educacional, médico, dentária, alimentar e recreativa.

¹¹ Decreto n.º 360 de 29/12/1951.

2.4. A clientela

Os Parques e Recantos Infantis, em sua maioria, se localizavam em bairros operários e propunham a atender prioritariamente os filhos de trabalhadores da indústria. Segundo Brites, nesse período, houve a associação *"da visibilidade da pobreza ao crescimento da cidade, mobilizando setores da população para o assistencialismo a partir da figura da criança."* (1999, p. 56). Assim, estes estabelecimentos, ao chamarem a educação infantil para a construção do processo educativo e social, enfatizaram a educação higiênica e social das crianças como meio de amenizar o conflito entre as classes sociais.

Nesta época, os PIs e RIs tornaram-se uma prova do grande interesse que havia em relação à educação extra-escolar. Estas instituições eram diferentes das escolas e pré-escolas que já existiam. De acordo com Faria, *"tratava-se de um projeto tanto para alunos da escola que o freqüentavam em período alternado, como para aqueles em idade pré-escolar"* (FARIA, 1999, p. 124) e também para:

(...) os outros que aos 12, 13, ou 15 anos ainda não encontraram escola; e mais os que, egressos do curso primário, ainda não puderam tomar rumo por falta de idade; ei-los todos, formando um exército imenso, os "chomeurs" da educação e os "sem recreação" porque lhes faltam os meios de brincarem, como os de se educarem. (FARIA, 1999, apud, p.124)

2.5. Atividades desenvolvidas

Os Parques e Recantos Infantis, fundamentados no pressuposto educar, assistir e recrear, deveriam criar condições para que se suprissem nas crianças suas carências sociais,

impedindo o seu ingresso na criminalidade. Nessa perspectiva, conforme Brites, o ato de assistir e educar não se limitavam apenas em fazer tarefas caritativas, mas:

(...) Pelo contrário, fazia parte de um debate sobre o moderno Serviço Social, com suas funções de transformação produtiva do universo da pobreza. Daí, a associação entre assistir, educar e recrear como tarefas de construção de um novo adulto desde a infância, através de atividades e instituições novas. (BRITES, 1999, p. 60)

Através desses princípios se buscava eliminar a ignorância nas novas gerações, utilizando a ordem médico-higiênica, como meio de conquistar um mundo civilizado. Assim, "*(...) ser criança representava o perigo da morte, da criminalidade e do abandono. Educa-la e assisti-la significavam uma preparação para outros destinos, que também eram da sociedade em conjunto*" (BRITES, 1999, p. 29). Por isso, os PIs e RIs não se caracterizavam apenas pela mera guarda temporária das crianças. Seguindo o propósito de formar e desenvolver integralmente a personalidade humana, a Educação Infantil, a Educação Recreativa, a Educação Física e a Educação Agrícola, constituíam-se disciplinas educativas empregadas, tanto nos Parques, quanto nos Recantos Infantis.¹²

As professoras que ministravam estas disciplinas deveriam dirigir as crianças não pelo temor, mas pelo conselho e persuasão amigável. Além disso, elas deveriam estar constantemente lendo, estudando, assistindo conferências e demonstrações de atividades referentes à sua especialidade, com o fim de estar sempre aperfeiçoando a sua técnica.

Desse modo, de acordo com o Decreto n.º 360 o ensino era baseado na "*(...) observação do aluno e dará a este, dentro das possibilidades do ambiente e das condições locais,*

¹² Decreto n.º 360 de 29/12/51.

oportunidades para o trabalho em comum, a atividade manual, os jogos educativos e a livre iniciativa na realização de atividades condicionadas ao meio escolar". (p. 177)

2.5.1. Educação física

A partir dos anos 30, a Educação Física adquiriu no Brasil um iminente sentido político. Através dela, se formava o "homem brasileiro", o qual transformava seu "corpo", visto como fraco, incapaz e lento, em um "corpo" forte, produtivo e poderoso. O progresso transparecia materializado no corpo humano, com possibilidades de tornar-se grande, forte e resistente.

Em 1937, a criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, reforçou ainda mais a tendência de sua inserção no campo político. Considerando que as condições físicas do brasileiro também se tratavam de uma questão governamental, a Educação Física foi incluída na lista dos problemas nacionais, possuindo o papel de:

(...) fazer dos homens indivíduos valentes, cujas forças não falhariam nos momentos em que fossem solicitados e cujo ânimo não se abateria por mais duros fossem os problemas a serem enfrentados. (...) A Educação Física acabou envolvida com os postulados de Segurança Nacional, tanto no que se referia à problemática da eugeniização da raça, como à da constituição dos Estados Unidos do Brasil. Nesse particular, o adestramento físico buscava responder as duas necessidades básicas: defender a pátria (...) e preparar a mão-de-obra para a indústria nascente. (PAULA, 1993, p. 85)

Além disso, o discurso eugênico influenciou o discurso e a práxis da Educação Física, uma vez que a saúde física interava-se com a busca do aprimoramento racial. Ajustando-se também a temática eugênica, à infância passou a ser defendida e no qual a mortalidade infantil ocuparia o

centro das atenções. Getúlio Vargas considerando a infância como um problema de política nacional, criou em 1932 a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. Em 1940, dando uma parcela maior de responsabilidade ao discurso eugênico, Vargas resolveu elevá-la à condição de Departamento Nacional da Criança (DNCR).

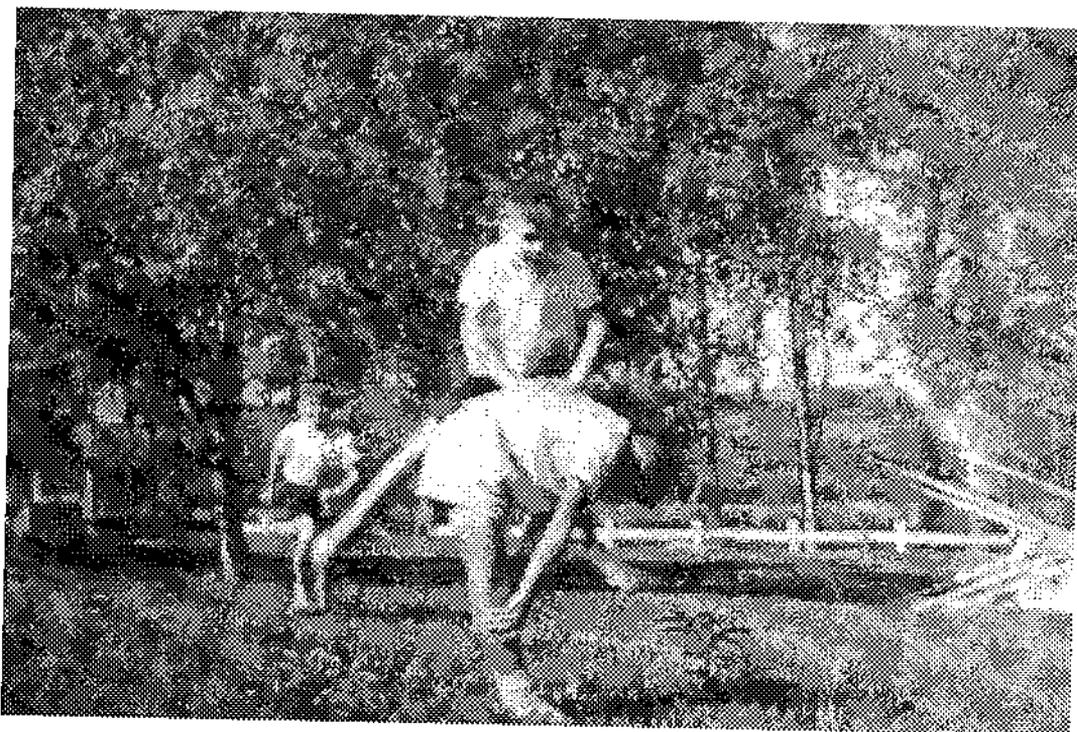


Figura 2. Educação física - PI Celisa Cardoso do Amaral

Assim, quando o cuidar do próprio corpo físico tornou-se parte integrante da política, o corpo infantil passou também a ser "(...) *identificado ao corpo da nação, sua parte profunda, que não era imediatamente palpável*" (BRITES, 1999, p. 44):

(...) A prática da Educação Física foi associada a um projeto de construção de uma nação forte e saudável. A civilização também era medida pela força de um povo; preparar a infância de acordo com esses pressupostos era cuidar do futuro da nação. Quando se pensava na criança, projetava-se para essa faixa etária a idéia de um coletivo a ser

cuidado, o futuro da nação desejável, cartão-postal do Brasil. Se no final do século XX, o culto ao corpo está fortemente associado à beleza física, naquele momento, a Educação Física era intensamente relacionada aos aspectos eugênicos de raça forte igual a nação civilizada. (BRITES, 1999, p. 55)

Sintonizada com a política nacional de valorização da Educação Física, as atividades físicas dos PIs e RIs campineiros deveriam suprir o universo social da pobreza em que as crianças viviam, transformando-as em verdadeiros cidadãos brasileiros. Para isso, a professora de Educação Física, dentre outras coisas, deveria:

(...) 1 - ministrar educação física sistematizada, por meio de exercícios adequados, jogos motores organizados e iniciação desportiva; 2 - atrair as crianças para os brinquedos próprios a sua idade, desviando-as de todas aquelas que sejam contra indicados; 3 - ensinar a prática de brinquedos e jogos nacionais cuja tradição as crianças já perderam ou tendem dia a dia a perder; 4 - promover demonstrações coletivas de ginástica e competições esportivas e de jogos motores organizados; 5 - organizar as competições esportivas inter-Parques e com instituições alheias, para estimular e desenvolver o gosto pelas atividades físicas e o convívio social; 6 - estimular, as crianças, espírito poli-esportivo, evitando, assim, atração exagerada por um determinado jogo; 7 - observar o comportamento das crianças durante as suas atividades e encaminhar os "casos-problemas" a quem competir; 8 - elaborar com as demais Professoras nos ensaios de bailados e danças, e, na organização de programas para festas; (...) (CAMPINAS, 1951, p. 181)

A Educação Física nos Parques e Recantos ocorria principalmente através de jogos motores organizados, prática de brinquedos, jogos nacionais, iniciação desportiva e ginástica

sistematizada. A professora por meio dos jogos incitava e adaptava as crianças para o espírito de competitividade, bem como desenvolvia suas aptidões físicas. Nos jogos nacionais buscava-se resgatar a tradição de brincadeiras. Na iniciação desportiva se dava a preferência a esportes que se processavam gradualmente, não exigindo muito inicialmente das crianças. Além disso, nas aulas de Educação Física, as crianças faziam natação, considerada como um dos melhores exercícios, pois podia ser empregada em todas as idades, tanto para meninos, quanto para meninas.

Assim, todos os trabalhos realizados nos PIs e RIs, segundo Miranda, visavam "(...) realizar aqueles ideais modernos de educação que alguns cientistas contemporâneos resume em saúde, beleza, bondade e sabedoria, ou vitalidade, coragem, sensibilidade e inteligência, formular ambas que no fundo se encontram" (MIRANDA, 1940).

2.5.2. Assistência médico-pedagógica

A medicina foi o primeiro campo de pesquisa científica que se voltou para a infância. De acordo com o governo, as pessoas não cultivavam as mínimas condições de higiene. Apontada como tema essencial no debate sobre a infância, a questão da saúde adquiriu importância, quando associou-se que criança bem-cuidada representava a prevenção da delinquência e um futuro trabalhador saudável.

A mortalidade infantil era o fato mais evidente dos problemas gerados pela falta de cuidado e atenção para com a saúde da criança, representando fragilidade e prejuízo para a nação. A preocupação sobre o controle da mortalidade infantil, não estava voltada apenas para as

crianças pobres, mas para toda a população em geral, que não conhecia os principais pressupostos higiênicos.¹³

Como vimos, a intervenção da Educação física tornou-se imprescindível para a concretização da "raça brasileira". Aliada à educação física, a medicina também se direcionou para infância, com o intuito de contribuir para a formação do "homem brasileiro". Para isso, juntamente com a assistência médica e a pasteurização do leite artificial, houve o desenvolvimento de uma nova concepção de puericultura.

Inserida neste contexto nacional, a política governamental campineira voltou-se para o cuidado da infância. Podemos perceber isto, pela redução do índice da mortalidade infantil:

Mortalidade Infantil (em cada mil nascimentos, perdemos)

(Entre 1 mês e 1 ano de idade)¹⁴

1940	102,0	1946	40,4
1941	69,1	1947	39,8
1942	67,7	1948	42,5
1943	66,6	1949	56,6
1944	53,5	1950	46,2
1945	53,8	1951	42,2

Apesar dos cuidados que as instituições campineiras dispensavam sobre a mortalidade infantil, nos anos de 1947 a 1949, houve uma rápida ascensão do índice. Esse aumento pode ser explicado, pelo repentino crescimento da população, que em 1947 contava com 77.934 pessoas, alcança só na Sede do Município, em 1952 o número de 150 mil pessoas. Guimarães (1953) nos

¹³ O controle de mortalidade infantil foi estendido para toda a população, porque as crianças de famílias ricas também morriam, embora, muitas vezes a causa principal fosse atribuída as amas-de-leite, que eram pobres.

¹⁴ GUIMARÃES, Alaôr Malta. Campinas: dados históricos e estatísticos.

esclarece que se esse aumento ocorreu devido a chegada de um grande número de pessoas que, mal orientadas quanto aos hábitos da cidade, fizeram com que Campinas retrocedesse um pouco sobre a questão da mortalidade infantil.

A assistência médica ao lado do atendimento pedagógico, surgiu como uma resposta para a diminuição do índice de mortalidade infantil, sobretudo, uma solução para o problema da pobreza. Assim, a assistência médica preventiva tornou-se presença necessária nos estabelecimentos infantis, não apenas para a diminuição da mortalidade infantil, mas para evitar que os PIs e RIs se tornassem focos de moléstias.¹⁵

Nos PIs e RIs de Campinas, eram atribuídas aos médicos especializados determinadas funções, no qual as crianças que os freqüentavam deveriam ser examinadas periodicamente por eles, zelando por sua saúde física e mental e acompanhando o seu desenvolvimento morfo-fisiopsicológico e, se necessário, procurando corrigir os desvios que apresentavam. Afastando o uso da medicina arcaica, os médicos deveriam lançar mão dos recursos que se dispunha a medicina moderna para de melhor maneira atender as crianças enfermas.

Além disso, cabia a eles prescrever, orientar e controlar os tratamentos indicados; preencher receituários; manter vigilância médico-sanitária através de investigação médica, higiênicas e sociais, afastando os portadores ou mesmos os suspeitos de moléstias infesto-contagiosas ou parasitárias; fiscalizar as condições, o preparo, o consumo e a distribuição das refeições; encaminhar a especialistas os casos que requererem esclarecimento e tratamento da medicina especializada. Portanto, se uma criança tinha um comprometimento cardíaco, ela deveria ser encaminhada e tratada por um especialista, para não ocasionar conseqüências danosas para a sua saúde.

¹⁵ Segundo Miranda, "a criança proletária é portadora quase sempre de duas a três moléstias contagiosas, ao mesmo tempo. A pediculose, a gripe, a coqueluche, o tracoma, a coriza aguda, a escabiose, a varicela, a parotidite epidêmica, o sarampo, a difteria, a sífilis, a tuberculose e a escalartina são as mais freqüentes". (1941, p.20)

Dessa maneira, a puericultura passou a ter um papel fundamental nessas instituições infantis. Nela, o Puericultor possuidor de experiência, razão e lógica, deveria transmitir seus conhecimentos através de uma linguagem acessível a todos, principalmente para as mães. Logo, os professores e os médicos deveriam trabalhar juntos com a finalidade de educar a criança, e ao mesmo tempo, amparar sua saúde física e mental.

Para ter-se uma idéia mais clara da importância do atendimento médico realizado nos PIs e RIs, mostramos na tabela abaixo as atividades médicas efetivadas no ano de 1956:

Atividades médicas desenvolvidas nos Parques e Recantos Infantis Municipais - 1956 ¹⁶

Preleções grupos	290	Fichamentos	446
isolados	223		
Visitas domiciliares	179	Vacinações	68
Exames periódicos	1075	Injeções	4
Exames biomédicos	1106	Legol	4548
Consultas	72	Vermífugos	109
Receitas	76	Acidentes	-
Curativos	5305	Machucaduras	-
Exame de olhos	18	Remédios distribuídos	3328
Curativos de olhos	1676	Sulfas	3051
Maléstias da pele:		Encaminhamentos:	
Epidermoficia	5744	centro de saúde	2
Escacione	-	dentista	146
Pediculose	47		
Comprimidos	3481	Revistas higiênicas	10894

2.5.3. Assistência Odonto-pediátrica

Além da assistência médico-pedagógica, as crianças também recebiam tratamento dentário, fator indispensável para a conquista e manutenção de saúde. De acordo, com a ex-diretora do PI da Vila Industrial, a Profa. Odacy:

A assistência médica era muito boa! O dentista ia todos os dias no Parque, um dia de manhã e outro dia a tarde. A auxiliar de Disciplina, cargo que existia no Parque, ela tomava conta dessa parte: marcava para as crianças irem ao dentista e ao médico (...)
(RAMOS, 2001, p. 41)

2.5.4. Educação sanitária

Aliada a assistência médica, de caráter preventivo e curativo, a educação sanitária tornou-se o "braço direito" dos médicos, pois através dela deveria-se criar atitudes e hábitos desejáveis em vários aspectos de uma vida sadia.

As professoras ensinariam as crianças a se comportarem adequadamente na sociedade. Higiene pessoal, roupas limpas, dentes escovados, alimentação saudável eram um dos inúmeros elementos que eram ensinados. Por isso, durante a merenda, também se aproveitava para ensinar bons modos. Enquanto comiam, as crianças adquiriam hábitos relacionados à boa nutrição e a vida social.

O programa de educação sanitária não se estendia apenas as crianças, abrangia também suas famílias. Campanhas, Cursos, Seminários, Reuniões e Trabalhos Práticos eram realizados,

¹⁶ Relatório geral das atividades do DEDC em 1958.

objetivando desenvolver a consciência sanitária popular, permitindo às famílias melhor compreensão da obra educativo-assistencial dos Parques e Recantos Infantis.

2.5.5. Educação Infantil e Educação Recreativa

Segundo o artigo 51.^{o17}, a Educação Infantil e a Educação Recreativa possuíam atividades semelhantes, entretanto, seriam dadas em turmas distintas, sendo a primeira destinada a crianças de 3 a 7 anos e a segunda a crianças maiores.

As atividades de recreação organizadas e dirigidas nos Parques e Recantos Infantis, como a Educação Física, deveriam despertar naturalmente nas crianças as experiências mais profundas para a vida. Dessa forma, por meio de jogos tranqüilos (dominó, dama...), trabalhos manuais, práticas de desenho, exercício do canto e da leitura de histórias, dramatizações, palestras educativas (as fitas educativas, com recortes e desenhos ajudariam neste intento), interesse pela terra, plantas e animais, desenvolveriam as virtualidades latentes dos pequenos, isto é, através de atividades baseadas nos princípios psico-pedagógicos, as professoras facilitariam o desenvolvimento normal da personalidade. Estas atividades, além de constituírem-se aprendizagens úteis para a vida adulta, também serviam como meio para despertar a delicadeza de sentimentos, pois:

A vida em sociedade, numa participação comum de jogos e brinquedos, sob a orientação carinhos de Educadoras, vai criando hábitos de cooperação, solidariedade e fraternidade que concorrem para vencer o egoísmo natural e eliminar, suave e persuasivamente, a indisciplina. (...) Fontes de verdadeiro deleite para as crianças, os aparelhos de recreação,

¹⁷ Decreto n.º 360 de 29/12/51.

em função de sua diversidade, favorecem atividades específicas que desenvolvem e aprimoram qualidades físicas desejáveis como sejam: a coordenação motora, a flexibilidade, a destreza e o equilíbrio. (CULTURA, 1949)

Juntamente com essas atividades, as professoras passariam às crianças, através da educação cívica e moral, os valores que despertassem "*o amor à Pátria, devotamento ao dever e empenho na formação de sua personalidade*" (CAMPINAS, 1951, p. 183). Logo, no período das comemorações de datas históricas as professoras auxiliavam na organização dos ensaios de cantos e poesias. Ainda cabiam às professoras de educação infantil e recreativa realizar reuniões com as mães quando julgasse necessário, sempre comunicando a Diretora qualquer anormalidade que ocorresse com alguma criança.

2.5.6. Atividades Artísticas

Como já se viu, o gosto pelas as atividades artísticas eram desenvolvidas nos Parques e Recantos Infantis. Por meio de festas as crianças aprendiam a cultivar a sociabilidade. As famílias eram convidadas a participar das festividades, compartilhando não somente a alegria das crianças, mas também adquirindo os ensinamentos sociais. Assim, os grandes dias do calendário e as datas nacionais adquiriam extrema importância, no qual lições de civismo e brasilidade eram transmitidos.

Podemos comprovar isto numa reportagem de jornal, que noticiou a festa de comemoração do Dias das Mães.

O Parque Infantil da Vila Industrial realizou ontem, às 9 horas, com a presença de seus funcionários e alunos, uma reunião festiva, em comemoração ao "Dia das Mães". O

programa observado foi o seguinte: I) - "A frase" - quadrinha - Paulo Godoi Pereira; II) - "Mamãezinha" - poesia - Gláucia Aparecida Gava; III) - "Adivinhação" - poesia - Jani Cutomati; IV) - "Mamãe" - quadrinha - Roberto de Rubeis; V) - "Minha mãe" - Eleni S. ; VI) - "Entre as flores" - canto - 3.^a turma feminina. (...) Finalizando a festividade, que transcorreu sob um ambiente alegre e animadíssimo, foram distribuídos aos alunos desenhos e trabalhos confeccionados para serem presenteados, hoje, às mães.¹⁸

Portanto, as atividades artísticas estavam sempre presentes nos Parques e Recantos Infantis, onde:

As músicas e danças tipicamente brasileiras são ensinadas sob várias formas, aproveitando-se do ensejo para inculcar no espírito das crianças o amor pelas nossas coisas, pela nossa gente e pelas nossas tradições. Os três santos de junho são sempre festejados. As canções sertanejas, as quadrilhas caipiras e desafios são ensinados à nova geração, garantindo-se, dessa forma, a transmissão de nosso folclore às gerações futuras. O sentimento do belo manifesta-se pela delicadeza dos sentimentos e suavidade dos gestos. A educação estética faz parte de nossas atividades, visando-se aprimorar as qualidades da alma da criança, ao mesmo tempo que se modela o seu físico. (CULTURA, 1949)

2.5.7. Educação Agrícola

Desde 1942, o projeto do Departamento Nacional da Criança (DNCR) já mencionava a formação de Clubes Agrícolas para o ensino do uso da terra nas instituições infantis, mas,

¹⁸ Diário do Povo. Comemora-se, nesta, o "Dia das Mães". Campinas: 14 de Maio de 1950.

somente em 1947, o Clube Agrícola foi implementado em Campinas. Aliando-se a Educação Agrícola, ambos promoveriam aos alunos o aprendizado de como organizar a horta, o pomar, o aviário, o apiário e as hortas domiciliares.

A Educação Agrícola foi estabelecida nos PIs e RIs com o propósito de despertar nos pequenos o amor e zelo pelo cultivo da terra e criação de animais, ao mesmo tempo em que, se ensinava na prática as noções de horticultura e jardinagem. Segundo o depoimento da ex-diretora do PI, Celisa Cardoso do Amaral, o Clube Agrícola:

(...) era de meio alqueire de terra, plantávamos verduras com água corrente, tinha uma granja que dava ovos para o Parque, frangos para canja. Tinha muitas bananeiras, muitos pés de frutas! (...) O Clube Agrícola tinha uma professora e um chacareiro que ajudava. Nós chegamos a plantar trigo para as crianças verem, para saber como era um espigazinha de trigo... Plantávamos (crianças maiores e a professora do Clube Agrícola) verduras, legumes, frutas e tínhamos abelhas. Nós recebemos, não sei de que Ministério foi, todo o aparelhamento para criar abelhas, não era um apiário, mas tinha três a quatro colméias que dava mel para o Parque usar. As crianças colocavam máscaras, a gente exigia silêncio porque não pode fazer barulho, era muito interessante! (...) (RAMOS, 2001, p. 32)

Os trabalhos acima descritos, além de formar hábitos de vida ao ar livre, desenvolviam a consciência alimentar, fazendo com que as crianças conhecessem os valores econômicos, nutritivos e culinários dos vegetais, a importância econômica da horta domiciliar e, concomitantemente, auxiliavam o combate a um dos principais erros da alimentação do brasileiro: consumo baixo de legumes e verduras.



Figura 3. Clube Agrícola – horta do PI Celisa Cardoso do Amaral

Os produtos produzidos nos Clubes Agrícolas eram aproveitados na refeição das crianças. O excedente era comercializado em uma pequena feira montada nas dependências dos estabelecimentos infantis.

Em abril de 1957, dez anos após a criação do Clube Agrícola, o Prof. Mário Gianni, Secretário de Educação e Cultura¹⁹, estabeleceu o almoço para as crianças que necessitava passar o dia todo nas instituições infantis. Com esta iniciativa, estes estabelecimentos *"supriram grande dificuldade de alguns parqueanos, chegando a prestar assistência completa a essas crianças"*.²⁰

2.6. Horário de funcionamento

Os Parques e Recantos Infantis funcionavam das 8 h às 10h30' e das 14h às 16h30', sempre com a mesma turma de professores. Embora, antes de 1957, as crianças não almoçassem

¹⁹ Em 1956, o DEDC passou a ser designado como Secretaria de Educação e Cultura.

no parque, elas recebiam um lanche reforçado com os ovos, frutas e verduras cultivadas no Clube Agrícola. Entretanto, parte da população que contava com o serviço dos estabelecimentos, reivindicava mudanças em seu funcionamento, pois suas paralisações (como nas férias) lhes prejudicavam. Este fato se comprova, com a reclamação na seção de Cartas dos leitores, em um jornal da época, intitulada "O problema dos parques infantis":

Escrevem-nos: O Sindicato dos Professores, ao que se noticia, vai tratar junto ao Prefeito Municipal, de diversas reivindicações favoráveis as professoras de Parques e Recantos Infantis. Até ai nada demais. Todavia, como o assunto vem a baila, torna-se oportunismo um movimento no sentido de que, o funcionamento desses Parques e Recantos sejam ininterrupto, isto é de manhã até a noite, sem absurdas paralisações que tiram muito de sua eficiência. Com mesmo número de funcionários e com um pouco de boa vontade e esforço será possível a consecução de tal objetivo. Os Parques devem funcionar desde cedo a tarde, o ano todo, pois a interrupção durante as férias escolares seria o maior dos absurdos.

Temos a certeza de que a diretoria de Sindicato dos Professores saberá encarar o assunto sob os dois ângulos, defendendo os interesses das professoras dos Parques e Recantos Infantis mas não deixando de levar em conta o interesse público.²¹

Esta reclamação foi feita no ano de 1954, mas somente no final de 1956 foi ampliada a assistência prestada as crianças que freqüentavam os PIs e RIs, passando a funcionar, ininterruptamente, das 8 às 17 horas.

²⁰ CULTURA, 1957.

²¹ Diário do Povo. O problema dos parques infantis. Campinas: 9 de julho de 1951.

2.7. Quadro de funcionários

Os Parques Infantis contavam com uma diretora que deveria *"superintender, orientar e controlar tudo quanto se relacionar com o serviço educacional, recreativo e administrativo do Parque Infantil, sob orientação técnica da Diretoria de Ensino e Difusão Cultural"*²². Assim, no PI a diretoria deveria comparecer quinze minutos antes do início das atividades e sair somente quando todos os alunos e professores saíssem; realizar visitas domiciliares aos alunos quando necessário; não permitir a entrada de crianças com moléstias epidérmicas; tornar obrigatório o uso de uniforme para as crianças que freqüentavam o Parque; não permitir que perto do Parque houvessem vendedores ambulantes de doces e gulodices, que prejudicasse a saúde da criança, etc.



Figura 4. Funcionários do Departamento de Ensino e Difusão Cultural (DEDC)

²² Decreto n.º 360 de 29/12/1951, art. 28, § 6.

Os Parques também contavam com escriturários ou auxiliares de escritório, que trabalhavam como "secretários" e substituíam a diretora, quando ela não podia comparecer. Além destes, os PIs contavam com as professoras de Educação Física, Infantil, Recreativa e Agrícola, médico, dentista, zeladores ("assistentes de disciplina") e serventes. Estes dois últimos deveriam tratar tanto os funcionários, quanto as crianças e as pessoas que visitavam o Parque, com urbanidade e paciência.

A única distinção dos Recantos Infantis com os Parques era que eles eram dirigidos por uma única professora, Encarregada das atribuições de Diretora e de professora de Educação Física, Infantil, Recreativa e Agrícola. Se houvesse disponibilidade financeira, poderia ser contratada uma professora adjunta. O restante do quadro funcional era semelhante ao do PI.

3. Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação

Como resposta às transformações econômicas, políticas e sociais, em 1955, foi aprovado²³ o primeiro Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação. Elaborado pelo Diretor do Departamento de Ensino e Difusão Cultural, Dr. Ruyrillo de Magalhães, o plano visava dar ao Departamento de Ensino e Difusão Cultural (DEDC) uma *"organização o quanto possível perfeita, baseada em métodos modernos e racionais de trabalho, (...) que objetivam a eficiência de seus encargos específicos de ordem administrativa e técnico-pedagógica"*. O DEDC superintendia a de Seção do Expediente, de Difusão Cultural, de Ensino, de Assistência Sócio-Educacional, da Biblioteca Pública Municipal e do Cinema Educativo, em um total de 83 dependências.

A Seção de Assistência Sócio-Educacional era responsável por coordenar os Parques e Recantos Infantis, os Clubes Agrícolas e a Assistência Dentária-Escolar. Dentre as suas atribuições de superintendência e orientação administrativa e técnico-pedagógica, a Seção de Assistência Sócio-Educacional competia *"inspecionar, fiscalizar e orientar"* os Parques e Recantos Infantis; incentivar os trabalhos desenvolvidos nos Clubes Agrícolas; organizar projetos e propor medidas, com a finalidade de melhorar a eficiência dos serviços prestados nos estabelecimentos infantis; realizar pesquisas pedagógicas; *"selecionar, controlar e distribuir material pedagógico"*; supervisionar administrativamente a Assistência Dentária Escolar e apresentar mensal e anualmente relatório das atividades relativas a responsabilidade da Seção. Constituíam *"(...) dependências da Seção de Assistência Sócio-Educacional"*:

a) na zona urbana

1. Parque Infantil "Violeta Dória Lins";

²³ Decreto Municipal n.º 675 de 20/08/1955. Aprova o "Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação".

2. Parque Infantil "Celisa Cardoso do Amaral";
3. Recanto Infantil n.º 1;
4. Recanto Infantil n.º 2;
5. Recanto Infantil n.º 3;
6. Assistência Dentária "D. Odila S. Camargo", no Grupo Escolar Municipal "Corrêa de Melo";
7. Assistência Dentária do Parque Infantil "Violeta Dória Lins";
8. Assistência Dentária do Parque Infantil "Celisa Cardoso do Amaral";
9. Assistência Dentária do Recanto Infantil n.º 2;
10. Assistência Dentária "D. Anita Costa" na Legião Brasileira de Assistência;
11. Assistência Dentária da Policlínica São José.

b) na zona rural

1. Recanto Infantil n.º 4 - situado em Vila Lutécia, terras da Fazenda São Francisco, da Rhodia Brasileira.

O desenvolvimento proporcionado, principalmente pelas atividades industriais, impunha preeminentes mudanças em Campinas. O Plano alertava para a necessidade de acompanhar essas mudanças, a qual os órgãos especializados deveriam ficar atentos e vigilantes, para atender às necessidades essenciais da população no âmbito do ensino, educação, cultura e recreação. Assim, ele conclamava o governo municipal a *"criar e pôr em funcionamento tantas escolas isoladas municipais quantas forem necessárias para atender aos reclamos da população infantil dos bairros da cidade e zonas rurais do Município"* (CAMPINAS, 1955, p.19). A construção de novos Parques e Recantos Infantis era uma necessidade em diversos bairros.

Além disso, o Plano propunha que a Prefeitura adotasse, com o apoio do Departamento de Obras e Viação, da assistência jurídica do Departamento de Legislação pedagógica do DEDC,

juntamente com as empresas imobiliárias, a doação de terrenos e, possivelmente, a construção de prédios escolares, Núcleos Municipais de Ensino e Educação, Parques e Recantos Infantis, com o fim de fazer esta iniciativa um estímulo às vendas de terrenos que pertenciam as empresas imobiliárias citadas anteriormente.

Em 1956, o Departamento de Ensino e Difusão Cultural ficou subordinado a Secretaria de Cultura e Higiene. No mesmo ano, este se desdobrou originando a Secretaria de Educação e Cultura.²⁴ Segundo o Dr. Ruyrillo de Magalhães, "*o DEDC foi a matriz da atual Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria da Saúde*". (RAMOS, 2001, p. 48)

²⁴ Lei n.º 1658, de 06/12/1956. Altera a Lei n.º 1441, de 02/12/1956.

4. O fim da década de 50: resultados

As facilidades de preço do terreno e mão-de-obra, as boas condições de habitação, o fato de ser posto-chave do sistema de ligações ferroviárias e rodoviárias, foram fatores que favoreceram o desenvolvimento industrial no município. Entretanto, as conseqüências provindas do progresso industrial, como por exemplo a especulação imobiliária, fizeram com que aumentasse o custo de vida na cidade, que até 1946 mantinha-se em um nível bastante baixo. Para auxiliar nas despesas, as mulheres se inseriram cada vez mais no mercado de trabalho. Na década de 50, de acordo com Guimarães:

A cidade de Campinas, de hoje, a mulher desempenha papel semelhante ao do homem. No comércio, na indústria, nas repartições públicas e em toda e qualquer atividade de trabalho ela está sempre presente, contribuindo com a sua parcela de conhecimento práticos da vida. Também não poderia ser de outra forma, isto porque, com o crescente encarecimento do custo das utilidades já não é mais possível a um chefe de família sustentar um lar sem a colaboração de seus entes mais chegados. (GUIMARÃES, 1954)

Diante do aumento de mulheres no mercado de trabalho, seus filhos foram tirados, segundo Guimarães, do "aconchego do lar". Eles deveriam ser deixados em algum lugar, para que a criminalidade não aumentasse. Os estabelecimentos infantis tornaram-se fortes candidatos para o atendimento desse público. Todavia os poucos PIs e RIs existentes não tinham capacidade para atender toda a demanda social. O governo municipal se viu na necessidade de ampliar as vagas dos estabelecimentos existentes ou criar novas instituições pré-escolares.

A construção de novos PIs e RIs tornava-se um imperativo preeminente, pois bairros como Jd. Proença, Taquaral, São Bernardo, Vila Nova, Vila Marieta, Bonfim, Vila Texeira, a

maioria composta por população operária, precisavam em caráter de urgência de estabelecimentos onde pudessem ser deixados seus filhos. Esta situação explica a razão que, somente entre 1958 e 1959, foram inaugurados 8 PIs. Além de serem inaugurados novos estabelecimentos infantis, algumas melhoramentos foram feitos nos já existentes.

O Recanto Infantil n.º 3 que funcionava anexo ao Grupo Escolar "Corrêa Melo" foi transferido para um novo prédio, localizado na Praça dos Municípios, em 11/02/58. O RI n.º 1, onde as atividades haviam sido canceladas devido ao seu estado precário de funcionamento, retomou as suas atividades normais, em 1958, ano que foi construído um novo pavilhão, contendo galpão, cozinha, sala da diretora e sala médica. Além disso, em 1958, realizou-se um concurso para o preenchimento de 36 vagas de professoras dos PIs, bem como, o preenchimento de 6 vagas para auxiliar de disciplina. Ainda no mesmo ano, foram admitidos jardineiros e serventes para trabalharem nos PIs recém construídos.

Em 1960, a Secretaria de Educação e Cultura de Campinas passou a denominar-se Secretaria de Educação e Saúde, até 1964, quando foi dividida em Secretaria de Educação e Cultura e em Secretaria de Saúde e Higiene. No início desta década, Campinas contabiliza 14 estabelecimentos infantis, sendo 10 Parques Infantis e 4 Recantos Infantis.

Parques e Recantos Infantis - início de 1960

Parques e Recantos Infantis	Local	Inauguração
PI Violeta Dória Lins	Praça Imprensa Fluminense - Cambuí	02/12/1940
PI Celisa Cardoso do Amaral	Av. Amoreiras -Pq. Industrial	15/12/1942
RI n.º I	Chapadão	Jan/1950
RI n.º 2 -Dr. Perseu L. de Barros	R. Sacramento - Guanabara	27/12/1951
RI n.º 3	R. Bernadino de Campo	
RI n.º 4	Faz. São Francisco - Rhodia	
PI Pref. José Pires Neto	Jd. Proença	14/09/1958
PI Pref. Dr. Rafael Andrade Netto	Taquaral	14/09/1958

PI Prof. Carlos C. Zink	São Bernardo	27/09/1958
PI Prof. Hilário Pereira Magro Jr.	Vila Marieta	27/09/1958
PI Dr. Mário Gatti	Vila Nova	28/09/1958
PI Prof. José Vilagelin Netto	IAPC - Nova Campinas	28/09/1958
PI Cônego Manoel Garcia	Bonfim	30/01/1959
PI Manoel Affonso Ferreira	Vila Texeira	31/01/1959

5. A implementação da nova instituição infantil

A década de 60 foi marcada pela política nacional-desenvolvimentista, a crescente preocupação do governo com as classes populares e pelo desenvolvimento de diversos programas compensatórios. Especificamente no ano de 1961 ocorreu a promulgação da 1.ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 4.024, de 20/12/1961.²⁵ Nela, pela primeira vez na legislação brasileira, se falou na educação pré-primária e no dever das empresas manterem instituições desse tipo. Embora a LDB de 1961 dedique apenas dois artigos referentes a educação pré-primária, o governo reconhece a crescente importância das instituições infantis.

Em 1964, deu-se a ruptura política levada pelo golpe militar. Essa nova situação exigia adequações no âmbito educacional, o que resultava em mudanças na legislação que regulamentava o setor. Porém, o governo militar não considerou preciso editar inteiramente uma nova lei de diretrizes e bases na educação nacional. Dessa forma, ocorreram apenas duas reformas na LDB, em 1968 e 1971. A Lei 5.540 de 68 não cita a educação pré-primária. Já a Lei n.º 5.692, de 1971, discorre brevemente sobre a educação pré-escolar, estabelecendo que:

"§ 2.º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins-de-infância e instituições equivalentes." E completa no artigo 61, que "os sistemas de ensino estimularão as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de sete anos a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1.º grau".²⁶

²⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 4.024, de 20/12/1961, Cap. I, Título IV, artigos 23 e 24.

²⁶ Lei n.º 5.692, de 11/08/1971, Cap. II, artigo 19, § 2.º e artigo 61.

Embora a educação infantil seja citada na LDB de 1961 e na Lei n.º 5.692, não aconteceu de fato uma contribuição significativa para o desenvolvimento da educação na área infantil. Houve apenas definições e delimitações rígidas; ainda era necessária a elaboração de uma legislação específica para a educação pré-escolar.

O regime militar, principalmente nos anos de 60 e 70, foi marcado também pelos intensos movimentos migratórios, com fluxo constante de pessoas da zona rural para as cidades, por isso, ocorreu o aumento significativo das regiões metropolitanas e as tentativas de interiorização do desenvolvimento. Além disso, os problemas políticos, econômicos e sociais herdados dos governos anteriores agravaram-se nesse período. Excetuando-se a fase da estabilização financeira, a economia brasileira passou por difíceis momentos, devido, especialmente, ao crescimento da dívida externa com seus elevados custos e da dependência de investimentos estrangeiros.

Campinas acompanhando as mudanças políticas, econômicas e sociais do cenário nacional inicia a década de 60 em pleno crescimento populacional. A população campineira estimada em 1950 de 152.547 habitantes salta em 1960 para 219.303 habitantes, na qual 43% da população referia-se ao fluxo migratório que ocorreu na década de 50 (CAMPINAS, 2000). Nos anos 60 e 70 Campinas consolida-se como um importante pólo científico e tecnológico: estas décadas "(...) servem para o nascimento de duas cidades, a Campinas avançada, com um pé na modernidade, e outra, injusta, com milhares de pessoas sobrevivendo sem os direitos mínimos de cidadania respeitados" (Op. cit., 2000, p. 125). Cada vez os assuntos crescimento populacional e pobreza se tornam presentes nas discussões da administração municipal.

Nesse período, seguindo as mudanças no cenário campineiro, também ocorreu diversas mudanças administrativas na área educacional. Em 1960, a Secretaria de Educação e Cultura do município, passa a denominar-se Secretaria de Educação e Saúde. Em 1964, ela é dividida em duas secretarias: a Secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria de Saúde e Higiene. A Secretaria de Educação e Cultura fica responsável dentre outras coisas pela administração dos

estabelecimentos de ensino, parques e recantos infantis do município.²⁷ Em 1968, modifica-se novamente a estrutura administrativa da prefeitura do município. Nessa nova reestruturação, o Serviço de Coordenação de Parques do Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura passa a gerir os Parques e Recantos Infantis. A Secretaria do Bem-Estar social passa a gerir o Departamento de Bem-Estar Social que executa programas que visam o bem-estar social da comunidade e as diretrizes determinadas pelo Conselho Municipal de Bem-Estar Social e presta atendimento as pessoas necessitadas que procuram auxílio à Prefeitura.²⁸

A Secretaria de Bem-Estar Social prevê em seu plano diretor a construção e a criação de creches em cada bairro do município. No ano de 1969, a Secretaria de Bem-Estar Social passa a se denominar Secretaria de Promoção Social. Em 1975, houve mais uma reestruturação na Secretaria de Promoção Social. O setor de Centros Infantis ficou sob responsabilidade do Serviço de Promoção ao menor.²⁹

Como já foi dito acima, Campinas nas décadas de 60 e 70 passou por grandes transformações. A crescente industrialização e urbanização, o aumento populacional, o aumento de custo de vida, foram alguns fatores que influenciaram o processo de miserabilização do município, resultando no aparecimento das primeiras favelas.

Os programas políticos das autoridades campineiras ainda fixados nos binômios higiene e saneamento passaram a também associar outros fatores de significação cultural. Nesse momento, o discurso de que a escola infantil auxiliaria na contenção da não-formação de marginais, na solução da pobreza e das altas taxas de reprovação do 1.º ano, estava fortemente presente nos programas governamentais, por isso, para o governo municipal era extremamente necessário realizar em Campinas a ampliação dos serviços e amparo a criança, indo além dos serviços

²⁷ Lei n.º 3533 de 12/12/1966.

²⁸ Lei n.º 3.707 de 13/11/1968.

²⁹ Lei n.º 4.510, de 30 de junho de 1975.

municipais que a cidade já possuía. Dessa forma, inserida nas idéias divulgadas pelo governo ditatorial, se inaugurou na cidade, em 1968, a primeira creche municipal.

5.1. Creche ou Centro Infantil?

Ao longo do período estudado, encontramos dois termos que foram utilizados para referir-se a nova instituição infantil municipal criada em 1968: Creche ou Centro Infantil. Mas qual termo que devemos usar quando tratamos dessas instituições? Segundo a professora Maria Helena Mambrini, titular da Secretaria Social (em 1978), os Centros Infantis municipais possuíam a função conceitual da creche e, existiam em caráter suplementar, razão pela qual eram Unidades do Serviço de Promoção do Menor da Secretaria de Promoção Social. A nova instituição infantil foi denominada Centro Infantil (CI) para que se evitasse conotações com idéias estereotipadas de creches.

A ampliação do trabalho feminino nos setores médio levou também a classe média a procurar estabelecimentos infantis para seus filhos. Assim, o atendimento educacional de crianças em creches se estenderia além de sua destinação exclusiva aos filhos dos pobres. Todavia, a mudança da concepção de que a creche não era destinada apenas aos pobres foi difícil de combater. Um artigo jornalístico já denunciava que *"Os preconceitos sociais com relação às creches são tão grandes, que às vezes, a própria empregada doméstica que dela precisa, reluta em procurá-la. Algumas pessoas pensam que uma creche é um simples depósito de crianças"*.³⁰ Por isso, as autoridades municipais ao denominar a nova instituição infantil como Centro Infantil possuíam a intenção de evitar a idéia estereotipada de que este estabelecimento era um armazém

³⁰ Correio Popular. Centro Infantil como recurso social. 15/12/1978.

de pobres. Entretanto, apesar do governo municipal utilizar o termo Centro Infantil, na imprensa ou popularmente o termo creche foi o mais usado.

5.2. Objetivos

O quadro se repete com pequenas variações para cada família: a mãe (na maioria das vezes com muitos filhos) para colaborar no orçamento familiar, que é modesto, trabalha como doméstica. Os filhos maiores estudam ou já trabalham para auxiliar na manutenção da casa. E os menores, com quem deixa-los? O pai também trabalha, os vizinhos enfrentam o mesmo problema, os parentes residem em outros bairros.³¹

Neste caso, qual a melhor solução? As autoridades municipais envolvidas na idéia de que a criança pequena é a matriz do homem e a redentora da pátria, elegeram a instituição infantil como estabelecimento que iria cuidar das crianças que ficavam sem a presença da mãe.

Além disso, as fontes jornalísticas no fim dos anos 60 e início dos anos 70 já alertavam que um dos maiores problemas da cidade era o amparo, o abrigo e a proteção dos menores. A creche surgiu como resposta à urgência da proteção da criança a marginalização. A mãe sendo obrigada a deixar o lar para auxiliar o sustento da família é vista como algoz da promiscuidade da criança, já que abandonada freqüentemente tornava-se um marginal:

"Quem visita as favelas de Campinas, ou alguns de seus bairros mais pobres, sente o impacto do drama de centenas de criancinhas, vivendo em condições infra-humanas, em promiscuidade com cães e porcos, rolando entre detritos e águas poluídas. Pobres

³¹ Correio Popular. Creches da Prefeitura: Você as conhece? 31/03/1972.

crianças desnutridas e imundas, cobertas de parasitas e de feridas. A miséria em que vegetam, a ignorância de seus pais, o descuido materno fazem de muitas delas 'anjinhos do senhor'" ³². "A criança feliz, amparada, sadia é como a antevisão de um dia esplêndido, a luminosa promessa de uma vida harmoniosa. A criança abandonada reúne em si todas as desventuras da terra. A infância e adolescência pagam pesado tributo às forças adversas: a ignorância, a miséria, o desamparo, formam a trindade responsável pela sua degenerescência e morte". ³³

A família era culpada pela marginalização da criança pequena, enquanto as autoridades municipais revestidas do papel de salvacionista criaram os Centros Infantis para o atendimento dos pequenos. Não levando em conta a situação da classe social das crianças, as suas condições de vida, os impactos sofridos pelas rupturas determinadas pela contemporaneidade e pelos problemas do mundo moderno culpava-se a família pela marginalização infantil. Segundo Kramer, *"a culpabilização da família servia não só para escamotear as relações de classe existente na sociedade brasileira, como também fortalecia a responsabilidade e o poder do Estado"* (1995, p. 60).

O governo municipal apresenta o Centro Infantil como solução para a não-marginalização. A criança passando o dia num ambiente saudável, em contato com crianças da mesma idade, ficaria longe do perigo da vadiagem das ruas, porta aberta para o início da delinqüência. Dessa maneira, os Centros Infantis foram criados com a finalidade de atender crianças de ambos os sexos, de zero a seis anos, cujas mães necessitavam trabalhar para auxiliar no orçamento doméstico. Seu papel era de promover o desenvolvimento integral e sadio da criança pequena, ao

³² Correio Popular. Nestas creches municipais, proteção, carinho e alegria. Campinas, 30/08/1970.

³³ Correio Popular. Nestas creches, muito amor e muitos cuidados. Campinas, 09/05/1971.

mesmo tempo em que, servia de instrumento de mudança de comportamentos de valores e de atitudes, que favorecessem a criança, a família e a comunidade.³⁴ Com a criança freqüentando o Centro Infantil se diminuiria a intensidade de muitos problemas e encintaria a resistência a outros sociais mais profundos que poderiam surgir, pois, a criança bem assistida e alimentada, levaria as informações que houvesse aprendido para a mãe e estabeleceria conseqüentemente um elo entre a mãe e a Assistência Social. E ainda, quando alcançasse o primário, a criança criada em creche já fora "*(...) desenvolvida sensorialmente e tendo recebido nutrição adequada, é candidata certa a aprovação, ao contrário de outras que sofreram as insuficiências físicas e culturais de seu meio*".³⁵ Assim, o Centro Infantil deveria ser visto pelo poder público com zelo, pois essa instituição infantil funcionaria como um tratamento preventivo de um problema social.

Sendo uma instituição destinada a atender crianças cujas mães necessitavam trabalhar, na matrícula a mãe que trabalhava como doméstica era atendida em primeiro lugar e sua assiduidade ao trabalho influenciava na permanência da criança na creche. Por isso, era exigido um documento que comprovava se a interessada estava realmente trabalhando. Neste documento deviam constar nome, endereço e local de trabalho. Exigia-se também assinatura diária da patroa (entrada e saída em caderneta, fornecida pela creche). Além disso, na matrícula era exigido outras documentações, tais como: "*(...) certidão de nascimento, atestado de saúde, caderneta de vacinação, reação de Mantoux (prova de tuberculina)*".³⁶

³⁴ Correio Popular. Creches: a solução está na participação comunitária. Campinas, 04/06/1978.

³⁵ Correio Popular. Mas, quem se preocupa com isso? Campinas, 22/05/1977.

³⁶ Correio Popular. Creches da Prefeitura: Você as conhece? Campinas, 31/03/1972.

5.3. Estrutura e atividades desenvolvidas

O Centro Infantil para oferecer o amplo e satisfatório atendimento à criança deveria ter uma boa ventilação, circulação e disposição simples. Devia contar também com um espaço verde e gramado, "play-ground", refeitório, recreação, repouso, vestiário, banho. Eles deveriam também ter secretaria, sanitário, consultório médico, cozinha, lavanderia, rouparia e sala de costura.

O trabalho nas creches se iniciava às 7 e terminava às 18 horas. A entrada ocorria entre às 7 e 8 horas, sendo que até 8:30 ocorria primeira refeição. Das 8:30 à 11:30 ocorria a recreação e higiene; em seguida, o almoço. Das 12:00 às 14 - higiene e repouso. Após o repouso, as crianças comiam mais um lanche; das 14:30 às 15:30, recreação, seguida pelo banho e às 17h jantar.³⁷ Desse modo, na prática educativa dos Centros Infantis havia toda uma rotina de trabalho, dentre elas temos:

- **Exercícios físicos:** brinquedos pedagógicos e atividades recreativas designados para este papel;
- **Nutrição:** servidas cinco refeições: desjejum, almoço, lanche, jantar e lanche vespertino; O cardápio era elaborado pelo médico e pela nutricionista.
- **Serviço de saúde e proteção às crianças:** coordenados por médicos e enfermeiras que controlam a vacina e a saúde da criança;
- **Estimulação intelectual:** supervisionados por professores eram utilizados objetos, gravuras, cantos, meio ambiente, cores, excursões e histórias;
- **Experiência criativa:** músicas, areia, argila, artes, água, linguagem, massa de modelar;
- **Descanso:** intervalo entre as atividades educativas;

³⁷ Correio Popular. Nestas creches municipais, proteção, carinho e alegria. Campinas, 30/08/1970.

- **Comportamento social:** através das atividades desenvolvidas promover às crianças a liberdade individual e o controle próprio.



Figura 5. Crianças na creche - 1978

Para manter toda esta estrutura, os Centros Infantis possuíam em geral uma administradora, uma enfermeira, uma lavadeira, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinheira, faxineiras (que variava de uma a três, dependendo do número de crianças), pajens na proporção de uma para cada 10 crianças grandes e uma para cada 6 crianças de berçário (crianças de 2 meses até 1 ano e meio).

O Centro Infantil não se limitava a atender apenas a criança. Uma vez por mês havia reuniões com as mães com a finalidade de tratar de assuntos internos, tais como: disciplina das crianças, aproveitamento, dentre outros. Havia também reuniões quinzenais, através do Clube das

mães. Nela participavam voluntárias da FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas) que ensinavam as mães de condições modestas puericultura, artesanato, higiene, formação social e cívica.

5.3.1. Assistência médica

Como já vimos a medicina foi a primeira área de pesquisa científica que se voltou para a infância. A saúde foi um tema de suma importância quando relacionou-se que criança saudável simboliza a prevenção de criminosos e um trabalhador bem-sucedido. Auxiliando a cuidar da criança o campo da medicina estava contribuindo para a formação de verdadeiros cidadãos brasileiros.

Já inserida desde os anos 40 neste contexto, a política governamental campineira buscava diminuir o índice da mortalidade infantil, pois este indicador era um dos meios evidenciava a dedicação voltada a infância. Podemos perceber isto, pela variação do índice da mortalidade infantil:

Natimortalidade, mortalidade infantil - ano 1962 ³⁸

Anos	Natimortos		Zero a 1 ano		1 a 9 anos	
	N.º absoluto	Taxa	N.º absoluto	Taxa	N.º absoluto	Taxa
1961	283	37,61	432	57,42	148	19,67
1960	292	39,07	403	53,92	132	17,66
1959	249	38,69	351	54,54	108	16,78
1958	242	37,15	366	56,18	108	16,57
1957	262	42,10	-	-	-	-
1956	217	37,54	397	68,69	135	23,36
1955	-	-	373	71,48	-	-

³⁸ GUIMARÃES, Alair Malta. Monografia histórica-estatística do município de Campinas. Campinas, 1962.

Todas as crianças que eram atendidas no Centro Infantil recebiam assistência médica semanal, prestada por um médico da Secretaria de Saúde da Prefeitura. Se contraísse alguma doença contagiosa, a criança era afastada da creche, voltando apenas quando estivesse em condições. Contudo, esta determinação gerava reclamações por parte dos pais, pois a criança não podendo ir à creche, com quem ela ficaria? Um artigo jornalístico expressa essa reclamação:

"(...) A mãe não pode trabalhar (qual a patroa que aceita uma criança, filho de empregada e ainda doente?). Por conseqüência lógica, perde o dia e precisa lutar sozinha para resolver o problema de saúde do filho. Este é um grave defeito da creche. Sem culpa alguma de quem a administra. Mais uma vez, - o "bode expiatório" - falta de verba".³⁹

A falta de verba era uma das justificativas para tal procedimento. Mesmo vestindo-se do papel de uma instituição salvacionista da marginalização das crianças, a verba destinada aos Centros Infantis era insuficiente. Não existiam condições financeiras para montar uma pequena enfermaria que melhor cuidasse dos pequenos doentes.⁴⁰

5.3.2. Assistência psico-pedagógica

Aliada a assistência médica, a assistência psico-pedagógica nos Centros Infantis desenvolvia-se através do planejamento das atividades diárias que crianças a partir dos 3 anos de idade desenvolveriam. Por meio da execução de atividades específicas, os professores deveriam

³⁹ Correio Popular. Creche: um problema social. Campinas, 24/06/1973.

⁴⁰ Correio Popular. Creche: um privilégio de poucos. Campinas, 01/07/1973.

"(...) alcançar o desenvolvimento sócio-emocional com ênfase para a comunicação com o mundo que as rodeia, orientando sua linguagem a expressão exata de seus sentimentos - e principalmente uma expressão adequada em grupo - favorecendo o relacionamento e aceitação de diferentes situações".⁴¹

5.4. Resultados da implementação

As autoridades municipais enfrentavam outros problemas, além da não permissão da criança doente ir à creche e a falta de verba. Havia poucas vagas que atendessem toda a demanda de crianças que procuravam essa instituição. Até 1973 havia apenas 4 Centros Infantis municipais; chegava a ser privilégio quem conseguia uma vaga.

Em 1972, foi realizado uma pesquisa, na qual Maria Cristina Padilha Codo, assistente social da FEAC e Lúcia Helena de Oliveira Dautona, da Divisão Regional da Secretaria de Promoção do Estado, percorreram todas os Centros Infantis municipais e particulares, analisando todos os pedidos registrados que não foram atendidos por falta de verbas.⁴² Elas calcularam que mais de 900 crianças esperavam a vez para ser atendidas nos Centros Infantis. Todavia, acreditava-se que essa demanda era muito maior, já que muitas mães nem procuravam os Centros Infantis porque já sabiam que não teriam vagas ou teriam que esperar por um tempo indeterminado.

Desse modo, o Fundo de Assistência Social do município passou a se preocupar com a instalação progressiva de Centros Infantis em volta da cidade, principalmente em bairros em que a população infantil era grande. Entretanto, somente em 1976 foram criados novos Centros

⁴¹ Correio Popular. Creches: a solução está na participação comunitária. Campinas, 04/06/1978.

⁴² Correio Popular. Creches: mais de mil crianças esperam a sua vez. Campinas, 08/07/1973.

Infantis. Apesar da construção de novos estabelecimentos (em 1977 Campinas contava com 16 CIs), o município ainda necessitava de mais CIs para atender toda a demanda.

Uma das justificativas para a pouca existência de Centros Infantis, era que a sua construção constituía um investimento de custo elevado, por isso, acabava desestimulando os particulares e limitando a ação dos poderes públicos, que não possuía verba suficiente nem para manter eficientemente os Centros Infantis existentes, nem para a construção de novos estabelecimentos. Segundo, a Secretaria Municipal de Promoção Social isto acontecia pois:

"A preocupação com as creches chamadas modelos, idéia sofisticada para a nossa realidade torna o problema mais difícil. No lugar de se construir uma creche tida como "modelo" melhor também seria construir quatro modestas, mas funcionais e que alcançará também o principal objetivo: a criança sadia e bem formada".⁴³

Assim, a super-lotação nos Centros Infantis era freqüentemente constada. Outro motivo apontado como causa da super-lotação, além da falta de vagas, era a falta do cumprimento da lei que determinava "(...) que toda empresa que tiver mais de 3 funcionários com mais de 16 anos de idade, deve possuir local adequado para a amamentação desse serviço (...)" e que as firmas promovessem convênios com entidades com o fim de oferecer assistência às crianças nos moldes da creche.

Havendo a falta da vaga e de verbas e o descumprimento da lei pelas empresas o que fazer nessa situação? Nesse momento, o governo diz que a solução estava na participação comunitária. Segundo, as autoridades do serviço social a comunidade não deveria esperar passivamente do Estado uma atitude paternalista, pois uma sociedade mais justa e igualitária só

⁴³ Correio Popular. Mas, quem se preocupa com isso? Campinas, 22/05/1977.

seria conseguida com a participação dos sujeitos envolvidos na deliberação dos problemas comuns.⁴⁴

Este quadro denota uma tendência que até os dias de hoje caracteriza o atendimento da educação infantil. O governo reconhece que deve fundar e sustentar essas instituições infantis, entretanto, afirma que somente a municipalidade não pode cumprir integralmente essa obrigação apenas com seus recursos. Assim, *"(...) governo proclama(va) a sua importância e mostra(va) a impossibilidade de resolvê-lo dada as dificuldades financeiras em que se encontra(va), enquanto imprimia uma tendência assistencialista e paternalista à proteção da infância brasileira, em que o atendimento não se constituía em direito, mas em favor"* (KRAMER, 1995, p. 61).

⁴⁴ Correio Popular. Creches: a solução está na participação comunitária. Campinas, 04/06/1978.

6. Parques e Recantos Infantis x Centro Infantil

Com a criação dos Centros Infantis, os PIs e RIs tornaram-se em uma espécie de extensão do atendimento prestado nos CIs. As crianças que freqüentavam os Centros Infantis, quando atingiam a idade escolar, eram encaminhadas ao Parque Infantil, para assegurar à continuidade do seu processo educativo.⁴⁵ Os dados encontrados na lista de matrícula do PI "Celisa Cardoso do Amaral" atestam que o PI e o RI tornaram-se extensão do processo educativo. Em um período, a criança ia à escola primária e em outro período ficava nesta instituição, longe dos perigos da delinqüência:

Parque Infantil "Celisa Cardoso" - Lista de matrícula 1967 ⁴⁶

	Id.	Bairro	Pai	Mãe	Escola que freqüenta	Horário
F	6	Centro	bancário	p.d.	Rio Branco - pré 8-12	12:30 - 17
M	8	Vi. A. Lourenço	falecido	p.d.	D. Barreto - 1º ano 11-14	8-10/14-17
F	6	Vila Rica	falecido	empregada	-	8 - 17
F	6	-	pedreiro	empregada	-	8 - 17
M	10	Vi. A. Lourenço	falecido	empregada	D. Barreto	8-10/14-17
F	5	Nova Botafogo	corretor	professora	-	8-12:30
M	10	Parque Industrial	ferroviário	sericultura	S. Roque 3.º (8-12)	
M	9	Parque Industrial	ferroviário	sericultura	S. Roque 2.º (8-12)	
M	5	Jd. Aurélia	alfaiate	p.d.	-	8-17
F	8	Vila João Jorge	alfaiate	p.d.	C. Maia	8-12:30
M	7	Vila João Jorge	ferroviário	p.d.	D. Barreto (11-14)	8-10/14-17
M	6	Centro	Militar	professora	-	8-11/13-17
M	4	Vila João Jorge	Ferroviário	p.d.	-	12:30-17

⁴⁵ Correio Popular. A promoção do menor em Campinas. Campinas, 26/03/1980.

⁴⁶ Pequena amostra da lista de matrícula do Parque Infantil Celisa Cardoso do Amaral do ano de 1967. Este PI localiza-se na Vila Industrial.

F	6	Vila João Jorge	alfaiate	p.d.	-	8-17
M	9	Jd. Nova Europa	bombeiro	p.d.	Milton Tolosa	11-17

Entretanto, apesar de Campinas contar, no início dos anos 80, com 19 Parques Infantis, a falta de verbas não permitia a ampliação de vagas, resultando, segundo as fontes jornalísticas na época, a descontinuidade do processo de moralização iniciado nos Centros Infantis:

"Outro erro é a falta de continuidade de todo um trabalho desenvolvido quando a criança atinge a idade escolar e daí da creche. Antigamente elas iam para o parque-escola e recebiam assistência (alimentação e tudo mais) até os 12 anos. Novamente, por falta de verbas os parques transformaram-se em simples escolas, extinguindo-se os benefícios anteriores. É pena observar que depois de um longo trabalho de recuperação através da orientação técnica das assistentes sociais, a criança ao começar o curso primário, mais uma vez vai entrar no ritmo da subnutrição, porque é evidente que a alimentação em casa é sempre precária. Os parques-escolas precisam voltar. ⁴⁷ Quem se preocupará e lutará para que tal aconteça?" ⁴⁸

Desse modo, a criança que era atendida no Centro Infantil deveria ser encaminhada para os PIs e Escolas Municipais para a continuidade dos serviços prestados a ela e a sua família. Todavia, com a falta de vagas, isto nem sempre ocorria efetivamente.

⁴⁷ Escola-Parque era o nome designado a instituições que possuíam anexas a Escola Primária e o Parque Infantil. Entretanto, com o Decreto n.º 4.532 de 27 de setembro de 1974 os estabelecimentos denominados Escola-Parque passaram a denominar-se Escola Municipal de 1.º grau.

⁴⁸ Correio Popular. Creche: um privilégio de poucos. Campinas: 01/07/1973.

7. Mudanças nas secretarias municipais: educação e assistência

No final de 1978, Dr. Ruyrillo de Magalhães retoma a função de Secretário da Educação, cargo que já ocupara na década de 40, momento que auxiliou a infundir novas orientações pedagógicas e administrativas que buscaram inter-relacionar o social e didático, os alunos das escolas municipais e os estabelecimentos infantis, através do ensino e da assistência sócio-educacional. Assim, tendo vivenciado a experiência modelo dos antigos Parques Infantis, Dr. Ruyrillo de Magalhães institui para os anos de 79/80 o Plano Básico Sócio-Educativo (PBSE). Neste plano, as questões educativas passaram a englobar um plano de ação onde o ambiente escolar merecia particulares providências. Por isso, as áreas livres e verdes eram integrados nas atividades curriculares, ensejando a maior conscientização à defesa do meio ambiente e a história do Brasil.⁴⁹ Entretanto, o projeto foi interrompido sob a alegação que não havia necessidade de alunos e professores envolverem-se com a natureza.

No início dos anos 80, Campinas contava com 19 Parques Infantis. Com a Lei Municipal n.º 5.157 de 10 de novembro de 1981, os Parques Infantis passaram a denominar-se Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), deixando de atender as crianças maiores de sete anos.

A década de 80, o período de transição entre a ditadura militar e a nova República, se caracteriza com a intensa movimentação de vários segmentos sociais no sentido de colaborar na construção da nova Constituição do país. Em decorrência da mobilização de movimentos sociais vindos da periferia de grandes centros urbanos coadjuvados por organizações de proteção aos direitos da mulher, aparece pela primeira vez na história da educação infantil brasileira, uma Constituição que abrangeu em seu texto especificações sobre a educação infantil e não aqueles circunscritos no âmbito do Direito da Família. Assim, com a Constituição de 1988 a educação pré-

⁴⁹ Diário do Povo. Ruyrillo mostra piloto do Santuário Ecológico. Campinas: 02/08/1979.

escolar passou a compor o sistema escolar brasileiro. Incluindo creches e pré-escolas direcionadas ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, o sistema infantil deveria ficar sob a responsabilidade dos municípios.

As autoridades municipais sintonizadas com as mudanças do cenário nacional, em 1989, estabeleceram que o serviço de Centros Infantis da Divisão do Menor do Departamento de Promoção Social passasse a integrar a estrutura administrativa da Secretaria de Educação.⁵⁰ Em 1990, em cumprimento a Constituição de 1988, a Lei Orgânica do Município promulgou que:

O município só poderá atuar nos níveis mais elevados de educação quando a demanda de creches, pré-escolas e ensino fundamental estiverem plena e satisfatoriamente atendidas do ponto de vista qualitativo e quantitativo. (...) O atendimento em creche deverá ter uma função educacional, de guarda, de assistência, de alimentação, de saúde e de higiene, executado por equipes de formação interdisciplinar. (1990, art. 226 e 228, p. 54)

A Lei Orgânica quando diz que a Secretaria Municipal de Educação deverá ter a responsabilidade *"(...) na forma da lei, elaborar normas para instalação, funcionamento e fiscalização das escolas de educação infantil, maternal, creches e internatos mantidos por particulares, obedecidas as normas gerais da educação nacional"* (art. 231), atribuiu uma nova forma organizacional administrativa, pois ao Departamento Pedagógica designou-se as atribuições de planejamento, controle e avaliação da educação escolar, enquanto ao Departamento de Ensino designou-se as atribuições de caráter administrativo da rede física.

Ainda nesse mesmo ano, em 1990, frente ao grande número de classes emergências de pré-escolas que funcionavam independentemente da estrutura administrativa e de uma

⁵⁰ Diário Oficial do Município. 25/08/1989.

assistência pedagógica adequadas; considerando as proximidades das Unidades Educacionais, dos Centros Infantis, das Escolas Municipais de Educação Infantil e das classes emergenciais; e considerando ainda que a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal devessem ter um tratamento isonômico, o Decreto n.º 10.232 de 14/12/1990 promulga que *"fica unificado o atendimento oferecido pelas Escolas Municipais de Educação Infantil, Centros Infantis e classes emergenciais de Educação Infantil em CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CIEI"* (art. 1) ⁵¹.

Com o Decreto n.º 11.051 de 23/12/1992 (art.1.º) ⁵² houve a denominação das modalidades do atendimentos sócio-educacional das unidades de educação infantil:

- **Escola Municipal de Educação Infantil (EMEIS)** - envolvendo as EMEIs e Pré-escolas;
- **Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)** - envolvendo os Centros Infantis e Mini-creches;
- **Centro Integrado de Educação Infantil (CIMEI)** - envolvendo os novos CEMEIs e EMEIs e os Centros Integrados de Educação Infantil, CIEIs.

Em 1994, a Secretaria Municipal de Educação aprova o Regimento Comum das Unidades Sócio-Educacionais do município. ⁵³ Nele ficam estruturadas as modalidades de atendimento nas unidades sócio-educacionais em: (art. 3.º, I, II, III, art. 4.º, art. 5.º, I, II, art. 6.º)

- **Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)** - atendendo crianças de três meses a sete anos;

⁵¹ Diário Oficial do Município. 19/12/1990.

⁵² Diário Oficial do Município. 24/12/1992.

⁵³ Diário Oficial do Estado. 29/07/1994.

- **Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)** - atendendo crianças de quatro a sete anos;
- **Centro Integrado Municipal de Educação Infantil (CIMEI)** - sendo um integração de duas ou mais EMEIs, ou um CEMEI mais uma EMEI - atendendo crianças de três meses a sete anos.

No ano de 1994, Campinas contava com 145 unidades infantis municipais (EMEIs, CEMEIs), atendendo num total 20.016 crianças.⁵⁴ Todavia, as vagas oferecidas nessas unidades ainda eram insuficientes para atender toda a demanda. Para diminuir o déficit de atendimento, a população carente de bairros periféricos começaram a criar creches clandestinas, que não ofereciam as condições adequadas para o atendimento das crianças. A Prefeitura não concordava com a criação destas creches, mas admitia que elas eram:

(...) medidas paliativas para equacionar o problema [falta de vagas], que só será solucionado a longo prazo com a construção de novas creches (...) Sobre a proliferação das creches clandestinas nos bairros periféricos da cidade, Maria Eugênia [chefe da Divisão de Ensino I - que corresponde às creches] declarou que são soluções provisórias, que não contam com o respaldo da Secretaria.⁵⁵

Numa tentativa para diminuir o déficit do atendimento infantil e a expansão das creches clandestinas, a Prefeitura implanta, em 1994, o projeto "Creche Comunitária". Nele a Prefeitura doa o terreno e a iniciativa privada constrói a creche. Se a comunidade já possuísse uma creche

⁵⁴ CAMPINAS, Prefeitura Municipal. A educação em Campinas: equidade com qualidade. Secretaria Municipal de Educação: Jan/93-Jul/94.

⁵⁵ Diário do Povo. Falta de creches gera soluções clandestinas. 17/05/1992.

em funcionamento precário no bairro, a iniciativa privada reformava ou ampliava a creche. Essas creches receberiam o apoio pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (CAMPINAS).

Em 1996, há a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96, que inclui a educação infantil na primeira etapa da educação básica. A lei estabelece que a educação infantil tem "(...) *como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade*" (art. 29). O reconhecimento da nova LDB que a primeira etapa da educação básica é a educação infantil promoveu novas mudanças no direcionamento das instituições infantis.

Considerações finais

Ao iniciar esta pesquisa, as questões que nos norteavam eram: que tipos de instituições públicas municipais infantis existiam, entre 1940 a 1996? Como se deu sua formação? Quando? Por que houve a criação delas? Como funcionavam? O que defendiam? Para quem se destinavam? Quais as suas diferenças e semelhanças? Estas perguntas eram muito amplas e acabaram exigindo a restrição do tema, passando a ter seguintes objetivos para a investigação: primeiramente desvelar e empreender as razões históricas, da natureza política, econômica e social, que levaram a criação e as transformações ocorridas ao longo do período; segundo relatar a escolarização das crianças, procurando contextualizá-la no processo histórico.

Ao final do trabalho, após terem sido apresentados, embora ainda de uma maneira preliminar, não só os elementos responsáveis pela formação e pelas mudanças nas instituições infantis, mas também os pressupostos defendidos e exercidos nelas, concluímos que o período estudado, pode ser dividido em dois momentos distintos: o primeiro, entre 1940 a 1960 e o segundo, entre 1960 e 1996.

O primeiro momento é marcado pela construção dos estabelecimentos, que proporcionaram as primeiras experiências públicas voltado para a infância. A criação dos Parques e Recantos Infantis, circundada pelas transformações da cidade campineira, estava conectada a uma intenção política, que via na industrialização e no redimensionamento da vida social, o meio pelo qual o país poderia superar a dependência do capital estrangeiro. Apoiava-se ainda em atitudes nacionalistas que também tinham a intenção de dar soluções próprias aos problemas do país.

Para isso, era necessário um programa de reforma educacional que fosse capaz de divulgar o novo ideal almejado, ao mesmo tempo em que o transformava em um ideário defendido pelo conjunto da própria sociedade. Assim, era preciso que o governo lançasse um outro olhar

para a infância, afinal as crianças se tornariam os futuros cidadãos. Embora não desse muita ênfase a educação infantil, o governo municipal de Campinas criou, em 1940, o 1.º Parque Infantil, objetivando atender a nova demanda social, que fora atraída pela crescente industrialização. Todavia, a cidade até o fim da década de 40 contou apenas com dois Parques Infantis. Constituindo uma experiência empírica, esses estabelecimentos funcionaram como mera guarda temporária das crianças, não envolvendo práticas educativas elementares.

O início da década de 50, se configurou com uma mudança na atenção dispensada a questão da infância. Um novo impulso industrial e urbano, aliado a crescente pressão social pela criação de novas instituições infantis direcionou a educação infantil campineira a novos rumos. Dessa forma, diversas alterações administrativas ocorreram: foi elaborado o primeiro Plano Municipal de Ensino e novos estabelecimentos foram criados. Essas instituições de simples locais de recreação, foram transformadas em centros de assistência sócio-educacional, onde as crianças, em geral filhos de trabalhadores operários, recebiam aulas de educação física, recreativa, infantil e agrícola e, recebiam orientação em seus trabalhos escolares, por meio da assistência ao ensino. Além disso, foram oferecidas às crianças alimentação saudável e racional, assistência médico-dentária e noções básicas de educação moral e cívica. Atendendo os preceitos difundidos pelo governo, essas instituições funcionaram como verdadeiros lares supletivos. Educar, assistir e recrear a criança significou preparar a criança para outros destinos (entende-se aqui como destino longe da criminalidade). Assim, as crianças que freqüentavam os Parques e Recantos Municipais, que por continências alheias a vontade de seus pais permaneceram sem o cuidado dos mesmos, estavam preservadas dos perigos e das tentações que as ruas ofereciam.

Desse modo, até o final da década de 60 os Parques e Recantos Infantis eram as únicas instituições municipais existentes. Neste período Campinas passou por grandes transformações, como o constante crescimento populacional e a crescente urbanização e industrialização. No panorama educacional, diversas mudanças administrativas ocorreram. Acompanhando as mudanças

no cenário social, os programas políticos municipais passaram a se associar a outros elementos de significação cultural, como o discurso em que a educação pré-escolar auxiliaria na contenção da delinquência, na solução da pobreza e das altas taxas de reprovação. Inserida nessa concepção, marcando o segundo momento, inaugurou-se em 1968 o primeiro Centro Infantil municipal.

Tanto o Centro Infantil quanto os Parques e Recantos Infantis eram um equipamento social que tinham o objetivo de através das práticas recreativas e educativo-assistenciais desenvolver as capacidades neuro-psico-motores da criança, assim, suprimindo suas carências sociais e impedindo o seu ingresso na criminalidade. Entretanto, o PI e RI surgiram, principalmente, da necessidade de atender os filhos de operários, que ficavam privados da presença dos pais. Já o Centro Infantil surgiu da necessidade cada vez maior das mães auxiliarem no orçamento doméstico; a construção destes estabelecimentos ampliou o atendimento dado às crianças, mas não resolveu o problema da falta de vagas. A procura a essas instituições era muito grande, mas as vagas oferecidas não comportavam toda a demanda.

Com o decorrer dos anos, o PI e RI tornaram-se estabelecimentos que continuavam o trabalho iniciado no Centro Infantil. A criança quando atingia a idade escolar, em um período, ia à escola primária, enquanto em outra ela deveria ir ao PI ou RI. Sem essa medida, todo o serviço prestado anteriormente a criança e a sua família seriam perdidos. Entretanto, isto não ocorria efetivamente na prática devido a falta de vagas.

Com a criação de novos estabelecimentos, expandiu-se o número de crianças atendidas, mas apenas uma parte da população em idade pré-escolar foi contemplada. A falta de vagas e de verbas foram a justificativa utilizada para explicar tal situação. A oferta de vagas estava intimamente ligada à questão dos recursos financeiros. Didonet interroga: *"de que adianta educadores e administradores estarem conscientes da importância e da urgência das crianças, principalmente dos meios pobres, de idade inferior a sete anos, se não houver recursos financeiros para operar um programa?"* (KRAMER, 1995, apud, p. 104).

Além disso, a historicidade da educação infantil em Campinas possibilitou identificar que, ao longo do período, ocorreu a prática constante de criação e extinção de órgãos burocráticos, o que ocasionou muitas vezes uma superposição do atendimento escolar à criança pequena. Essa forma organizacional expressa a maneira estratificada em que a criança foi vista, pois os problemas em que a criança apresenta são fragmentários, às vezes envolvendo questões de saúde, outras vezes envolvendo o "bem-estar" da família e outras a educação. Segundo Kramer, esta afirmação fica constatada quando:

(...) Se analisa o histórico e as várias tendências do atendimento à criança brasileira. De uma ênfase acentuada na proteção de saúde, progressivamente as preocupações se voltaram para a assistência social e daí para a educação. Entretanto, essas tendências não foram englobando as anteriores; não houve uma ampliação da perspectiva com que se encarava o problema, mas, ao contrário, uma ramificação gradativa à infância (1995, p. 87).

Todavia, ainda é necessário realizar estudos mais aprofundados da influência dos departamentos municipais estarem constantemente mudando de designação sobre a educação infantil campineira.

Durante o regime militar a educação infantil começou a adquirir novamente novos traços. Esta nova fase de expansão de instituições e reivindicações por mais vagas, terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Entretanto, embora a educação pré-escolar passe a compor o sistema escolar brasileiro e haja o reconhecimento que a primeira etapa da educação básica é a educação infantil não há ainda uma verdadeira democratização na educação, na qual as possibilidades de

acesso à escola sejam oferecidas a todas as crianças e que as atividades pedagógicas oferecidas as beneficie efetivamente ao invés de aumentar a marginalização que sofrem.

Bibliografia

- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- _____. **O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)**. São Carlos: EESC-USP, 1986. (dissertação de mestrado)
- BATISTONI FILHO, Duílio. **Campinas: uma visão histórica**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- BRITES, Olga. **Imagens da Infância - São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1999.
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. **Campinas século XX: 100 anos de história**. Campinas: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.
- CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década de cinquenta**. Campinas Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil**. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo: Cortez, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas em 1954**. 2.º edição. Campinas: Oficinas Gráficas "A Tribuna".
- _____. **Monografia histórica-estatística do município de Campinas**. Campinas, 1962.
- _____. **Monografia: guia estatístico**. Campinas, 1947.
- _____. **Campinas - dados históricos e estatísticos**. Campinas, Livraria Brasil, 1953.
- IBGE. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANM JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, p. 5-18, maio/agosto, 2000.

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés, RAMOS, Maria M. Silvestre. **Políticas e organização do parque infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950**.

LIMA, Sandra L. Lopes. **O oeste paulista e a república**. São Paulo: Vértice, 1986.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

PAULA, David Ferreira de. **A infância e o poder: a recreação no parque infantil e sua implicação social (1930-1945)** Assis, 1993. Dissertação de mestrado, UNESP.

RAMOS, Maria Martha Silvestre. **História da educação infantil pública municipal: Campinas, 1940-1990**. Bragança Paulista, 2001.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **Campinas: evolução histórica**. São Paulo: Atlântida, 1969.

TONOLLI, Maria Fernanda Simões. **As origens da educação pré-escolar pública municipal em Campinas: o Parque Infantil da Vila Industrial**. Monografia Conclusão de Curso. Campinas: UNICAMP, 1996.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n.º 4.024, de 20/12/1961, Cap. I, Título IV, artigos 23 e 24.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11/08/1971**, Cap. II, artigo 19, § 2.º e artigo 61.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. **Lei n.º 383, de 06/09/1950**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **A educação em Campinas: equidade com qualidade**. Secretaria Municipal de Educação: Jan/93-Jul/94.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Ato n.º 118, de 23 de abril de 1938**, aprova o Plano de Melhoramentos Urbanos da cidade de Campinas e dá outras providências.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 214 de 07/08/1947**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 360 de 29/12/1951**, pp. 168-194. Dá regulamento às Escolas, Cursos Noturnos, Parques, Recantos Infantis e demais estabelecimentos de ensino e educação, superintendidos pela Diretoria de Ensino e Difusão Cultural.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 360 de 29/12/51**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 4.532, de 27 de setembro de 1974** os estabelecimentos denominados Escola-Parque passaram a denominar-se Escola Municipal de 1.º grau.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 675 de 20/08/1955**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Decreto n.º 346 de 26/10/1946**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei n.º 3.533, de 12/12/1966**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei n.º 3.707, de 13/11/1968**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei n.º 4.261, de 21/02/1973**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei n.º 4.510, de 30/06/1975**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei n.º 5.157, de 10/11/1981**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei nº 1.658 de 06/12/56.**

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município.** São Paulo: Câmara Municipal de Campinas, 1990.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação.** Departamento de Ensino e Difusão Cultural, 1955.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Relatórios dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercício de 1939, 1940, 1941, 1942.** Campinas: Oficinas Gráficas "Casa Livro Azul".

CULTURA, Secretaria de Educação e Parques e recantos infantis de São Paulo - 1949. Departamento de Educação, Assistência e Recreio, 1949.

CULTURA, Secretaria de Educação. **Relatório das atividades e realizações da secretaria de educação e cultura, durante o ano de 1956 / 1957 / 1958.** Departamento de Ensino e Difusão Cultural, Seção de Assistência Sócio-Educacional.

PERIÓDICO

Diário Oficial do Estado - São Paulo

Diário Oficial do Município - Campinas

Jornal Correio Popular - Campinas

Jornal Diário do Povo - Campinas

FIGURAS

Jornal Correio Popular

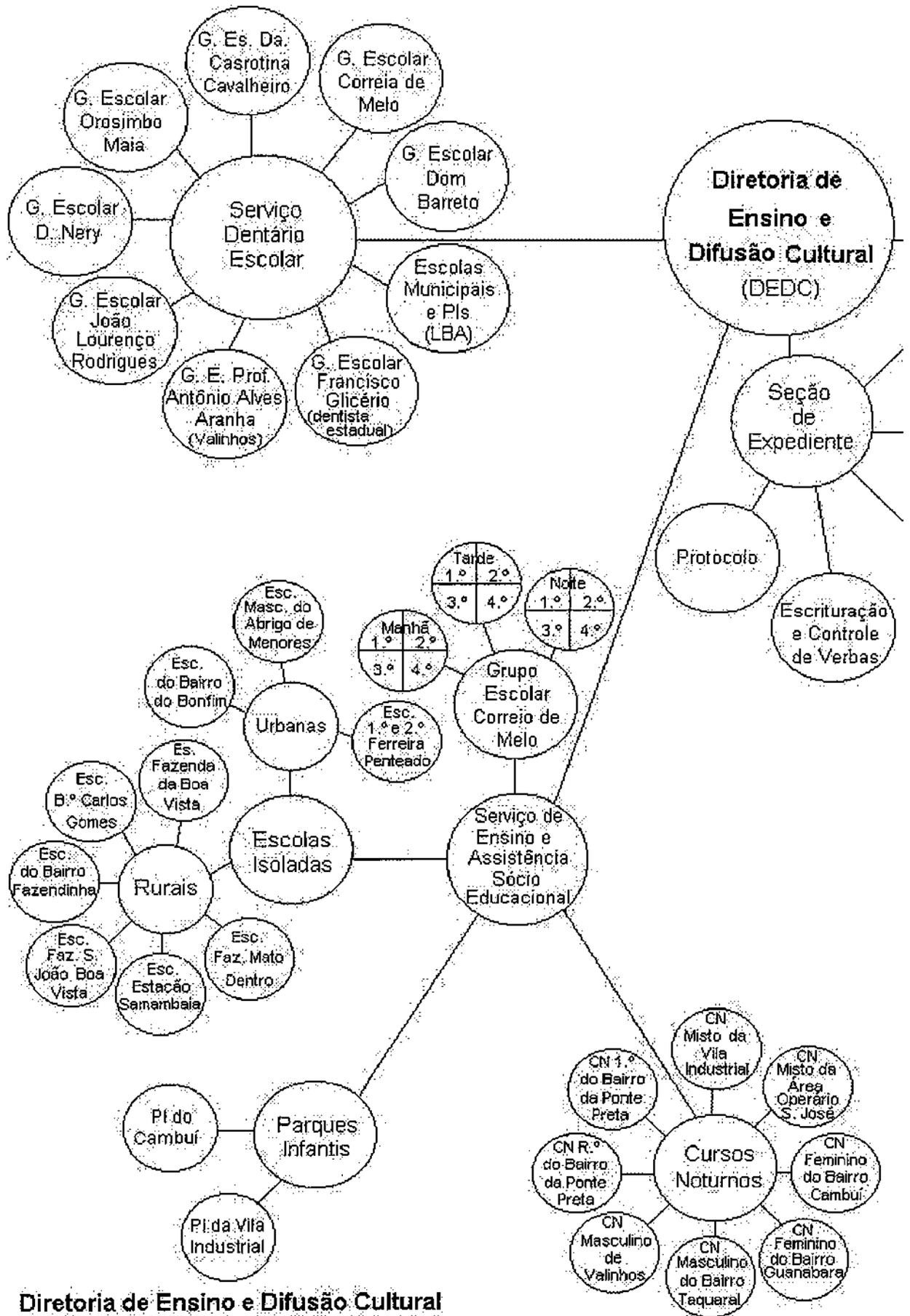
RAMOS, Maria Martha Silvestre. **História da educação infantil pública municipal: Campinas, 1940-1990.** Bragança Paulista, 2001.

Anexos

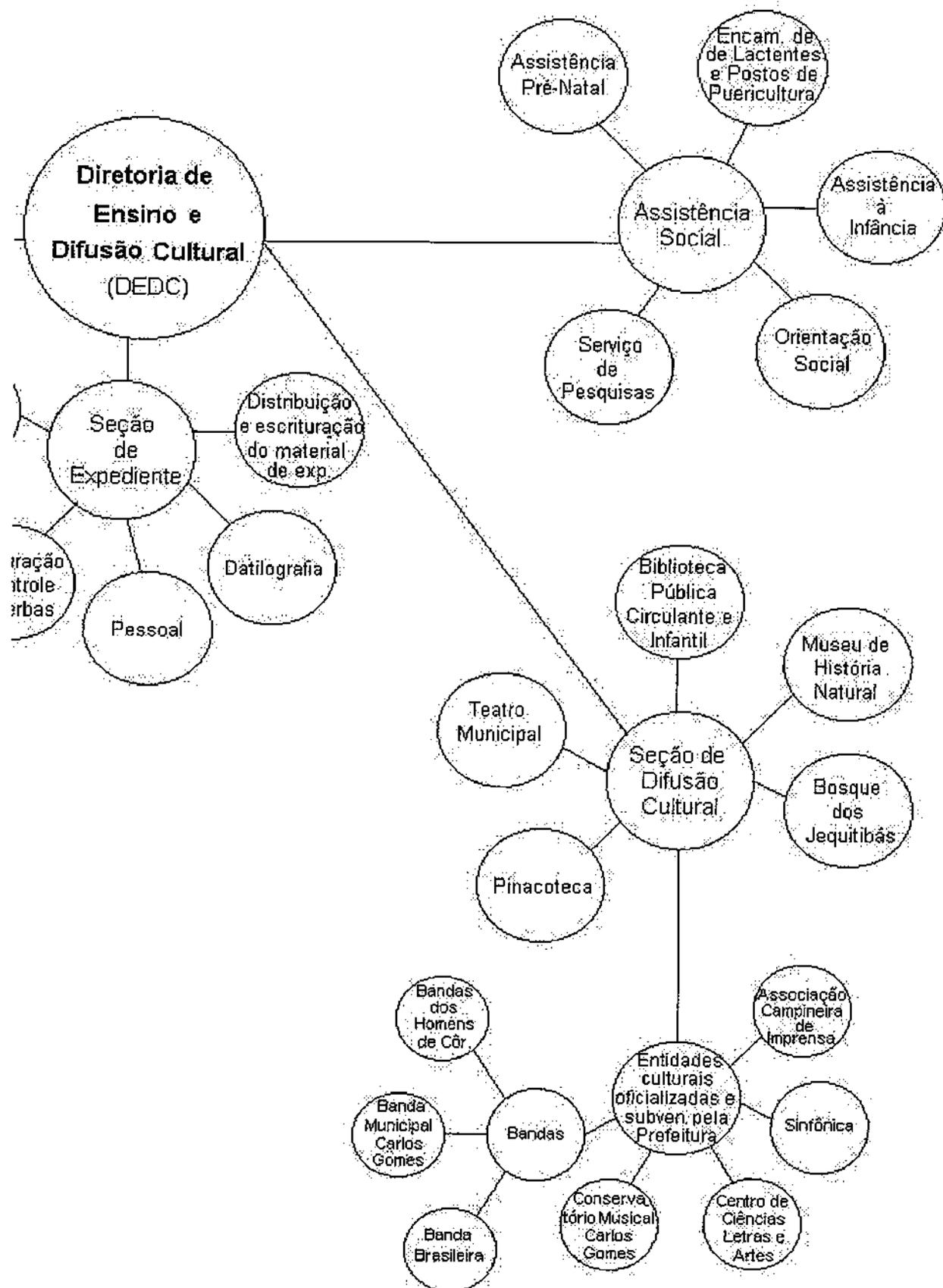
Organização das Diretorias - 1951

GABINETE DO PREFEITO	DIRETORIA DO EXPEDIENTE D.E.	- Seção de Expediente e Protocolo - Seção de Estatística e Arquivo
	DIRETORIA DA FAZENDA D.F.	- Seção de Contadoria - Seção de Tesouraria - Seção de Processo da Despesa - Seção de Exposição de Documentos - Seção de Lançamentos - Seção de Aferição de Pesos e Medidas
	DIRETORIA DE OBRAS DE VIAÇÃO D.O.V.	- Seção de Obras e Viação Urbana - Seção de Obras Particulares e Urbanismo - Seção de Cadastro e Patrimônio - Seção de Limpeza Pública - Seção de Expediente
	DIRETORIA DE ÁGUAS E ESGOTOS D.A.E.	- Seção de Projetos e Orçamentos - Seção de Construção e Reparos - Seção de Operação - Seção de Consumo Suplementar - Seção de Expediente
	DIRETORIA DE ENSINO E DIFUSÃO CULTURAL D.E.D.C.	- Serviço de Ensino e Assistência Sócio-Educacional - Grupo Escolar "Correa de Mello" - Escolas Isoladas, Urbanas e Rurais - Cursos Noturnos de Alfabetização - Parques Infantis - Seção de Difusão Cultural - Teatro Municipal - Pinacoteca Municipal- Museu de História Natural - Bosque dos Jequitibás - Biblioteca Pública Circulante e Infantil - Serviço Dentário Escolar - Serviço de Assistência Social - Seção de Expediente
	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E ALIMENTAÇÃO PÚBLICA D.A.A.P.	- Inspetoria de Alimentação Pública - Frigorífico - Matadouro - Merenda - Seção de Cemitério - Assistência Médica - Seção de Expediente
	DEPARTAMENTO LEGAL D.L.	- Seção Jurídica - Seção de Contadoria - Seção de Cobrança - Seção de Pessoal
	SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO	
CORPO DE BOMBEIROS		
JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR		
SEÇÃO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO		
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO		

Ornograma da Diretoria de Ensino e Difusão Cultural - 1951



Diretoria de Ensino e Difusão Cultural
 Diretor: Dr. Ruyrillo de Magalhães



Diretoria de Ensino e Difusão Cultural
Diretor: Dr. Ruyrillo de Magalhães

Matrículas e freqüências dos Parques Infantis - 1958

	Sexo	Matrículas		Freqüência		Total
		Atual	Geral	Matric.	Avulsos	
Parque Infantil "Violeta D. Lins"	Masc.	160	2226	22712	9960	32672
	Fem.	93	1248	12551	6222	18773
	Total	253	3474	35263	16182	51445
Parque Infantil "C. C. Amaral"	Masc.	168	1546	24884	3503	28387
	Fem.	85	922	14989	2522	17511
	Total	253	2468	39873	6025	45898
Parque Infantil do Jardim Proença	Masc.	127	127	4346	-	4346
	Fem.	126	126	4345	-	4345
	Total	253	253	8691	-	8691
Parque Infantil do Taquaral	Masc.	174	174	5930	-	5930
	Fem.	156	156	5825	-	5825
	Total	330	330	11755	-	11755
Parque Infantil de São Bernardo	Masc.	267	267	10397	-	10397
	Fem.	218	218	9447	-	9447
	Total	485	485	19844	-	19844
Parque Infantil da Vila Marieta	Masc.	229	229	5461	-	5461
	Fem.	169	169	5460	-	5460
	Total	398	398	10921	-	10921
Parque Infantil de I.A.P.C	Masc.	50	50	3478	148	3626
	Fem.	42	42	3337	46	3383
	Total	92	92	6815	194	7009
Parque Infantil da Vila Nova	Masc.	132	132	5636	-	5369
	Fem.	127	127	5705	-	5705
	Total	259	259	11339	-	11339
GERAL	Masc.	1307	4751	82844	13611	96455
	Fem.	1016	3008	61657	8790	70447
	Total	2323	7759	144501	22404	166902

Atividades desenvolvidas nos Clubes Agrícolas - 1958

Revolver a terra	112	Estaqueamentos	14
Adubação	27	Apicultura	6
Plantação	21	Floricultura	31
Semeadura	48	Avicultura	4
Regar	468	Outros tratos	32
Escarificação	70	Trabalhos manuais	20
Limpeza de mate	146	Aulas teóricas	31
Colheita	189	Jardinagem e horticultura	169
Vendas			
- Feira	150		
- Entrepasto	-		
- Parque	55		